

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARIANE DE MELO BUENO

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: RESSIGNIFICANDO IDENTIDADES E
MEMÓRIAS NA EXPLORAÇÃO CARBONÍFERA DE FIGUEIRA/PR

PONTA GROSSA
2020

MARIANE DE MELO BUENO

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: RESSIGNIFICANDO IDENTIDADES E
MEMÓRIAS NA EXPLORAÇÃO CARBONÍFERA DE FIGUEIRA/PR

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em História na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, Mestrado Profissional na
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de
Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Moreno

PONTA GROSSA
2020

B928 Bueno, Mariane de Melo

 Ensino de História e História Local: Resignificando identidades e memórias na exploração carbonífera de Figueira/PR / Mariane de Melo Bueno. Ponta Grossa, 2020.

 111 f.

 Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Moreno.

 1. Ensino de história. 2. História local. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Mineradores. I. Moreno, Jean Carlos. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 981.62



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIANE DE MELO BUENO

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: RESSIGNIFICANDO IDENTIDADES E MEMÓRIAS NA EXPLORAÇÃO CARBONÍFERA DE FIGUEIRA/PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 04 de maio de 2020, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Jean Carlos Moreno – (UENP/UEPG - Orientador)

Profª. Drª Geane Kantovitz (UENP)

Profª. Drª Angela Ribeiro Ferreira (UEPG)

Ponta Grossa, 04 de maio de 2020.

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata a todas as forças e caminhos que trouxeram para minha vida pessoas que foram essenciais para que eu conseguisse concluir este trabalho:

A cada pessoa que comigo compartilhou memórias, objetos, fotografias, livros, revistas e alguma forma contribuiu para que esta dissertação acontecesse, meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço às professoras Ângela e Geane, mulheres e profissionais admiráveis, por aceitarem fazer parte da minha banca e, também, pela atenciosa leitura e as importantes contribuições para o desenvolvimento do trabalho que fizeram na qualificação e na defesa desta dissertação.

Obrigada aos meus colegas de turma por me proporcionarem momentos intensos de conhecimento e companheirismo. Sou grata, principalmente, porque revigoraram meu ânimo quando encontrei pessoas que também acreditam na Educação e lutam por isso todos os dias na sala de aula. Foi uma honra e um prazer estudar ao lado de cada um.

Sem o apoio, a compreensão e estas mãos tantas vezes estendidas, provavelmente meus esforços não seriam suficientes para concluir esta árdua etapa de estudos e, por isso, a algumas pessoas, quero dirigir o meu agradecimento de maneira especial:

À minha filha Manuela, por seu amor imenso que colhe todas as tristezas e angústias nos melhores abraços do mundo; por fazer os esforços valerem a pena e por ser a razão para eu seguir em frente e ser melhor todos os dias.

Às minhas irmãs da vida e do coração Malu e Lili por todo cuidado e carinho que dispensam a mim e à Manu, por nossa cumplicidade, por serem refúgio, acolhimento e por iluminarem nossos dias.

Ao meu amigo Alexandre pela felicidade de ter alguém com quem compartilhar ideais, por me ensinar tanto e pela certeza que carrego que estaremos sempre a postos um para outro.

Ao meu mais novo amigo de infância, Adilson, por todo riso, alegria e aprendizado que trouxe para minha vida onde espero que permaneça por muito tempo.

A uma das pessoas mais admiráveis que conheço, meu orientador, professor Jean por ser inspiração, exemplo de retidão, profissionalismo e porque se não fosse pela sua condução firme e, ao mesmo tempo, humana, eu não teria conseguido.

À minha mãe, por tudo que vivemos juntas..

BUENO, Mariane de Melo. **Ensino de História e História Local: Ressignificando identidades e memórias na exploração carbonífera de Figueira/PR**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Programa PROFHISTÓRIA, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 111f. Ponta Grossa, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa, inserida no campo de ensino de História, propõe considerar as experiências e relações que permeiam as dimensões de vida dos alunos para construir e desenvolver conceitos da ciência histórica indispensáveis à leitura crítica do mundo. Para tanto, reflete sobre as demandas do Ensino de História mediante as configurações sociais atuais, sua relação com a identidade, memória e como a História Local pode ser útil frente aos dilemas contemporâneos do contexto escolar. Ressalta, neste caminho, a importância da utilização de fontes históricas para a construção da aprendizagem histórica em sala de aula. Com este arcabouço, parte para investigação do contexto específico onde se desenvolve o trabalho, inquirindo a partir de fontes diversas, o surgimento e estabelecimento do município de Figueira e de que forma esta trajetória se atrelou à exploração carbonífera ao longo do tempo. , buscando identificar e analisar os principais conjuntos de fontes que dão sustentação a esta pesquisa em busca da representação do trabalhador das minas de carvão: os álbuns e coleções fotográficas da Companhia Carbonífera do Cambuí, as fotografias dos acervos do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira e o Monumento ao Mineiro. Por fim, propõe um conjunto de atividades no formato de uma sequência didática para estabelecer uma relação dialógica entre os conteúdos prescritos para o 8º ano do Ensino Fundamental II e a História Local de Figueira a partir do trabalho pedagógico com fontes históricas e as memórias instituídas, as representações identitárias individuais e coletivas presentes no imaginário dos habitantes da localidade com a intenção de construir com os alunos conhecimento histórico significativo e atitudes reflexivas e críticas em relação à realidade vivenciada.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. Memória. Identidade. Mineradores.

RESUMEN

La presente investigación, insertada en el campo de la enseñanza de Historia, propone considerar las experiencias y relaciones que impregnan las dimensiones de vida de los alumnos para construir y desarrollar conceptos de la ciencia histórica indispensables a la lectura crítica del mundo. Por lo tanto, refleja sobre las demandas de la enseñanza de Historia mediante las configuraciones sociales actuales, su relación con la identidad, memoria y cómo la Historia Local puede ser útil frente a los dilemas contemporáneos del contexto escolar. Destaca, en este camino, la importancia de utilizar fuentes históricas para la construcción del aprendizaje en el aula. Con este marco, comienza a investigar del contexto específico donde se desarrolla el trabajo, sondeando desde diferentes fuentes, el surgimiento y establecimiento del municipio de Figueira y cómo esta trayectoria se ha relacionado a la explotación carbonífera a lo largo del tiempo, buscando identificar y analizar los principales conjuntos de fuentes que apoyan a esta investigación en busca de la representación del trabajador de las minas de carbón: los álbumes y colecciones fotográficas de la Compañía Carbonífera del Cambuí, las fotografías de los acervos del Sindicato de los Trabajadores del Carbón de Figueira y el Monumento al Minero. Por fin, propone un conjunto de actividades en el formato de secuencia didáctica para establecer una relación dialógica entre los contenidos prescritos para el 8º grado de la enseñanza primaria y la Historia Local de Figueira a partir del trabajo pedagógico con fuentes históricas y las memorias instituidas, las representaciones identitarias individuales y colectivas presentes en el imaginario de los habitantes de la localidad con la intención de construir con los alumnos el conocimiento histórico significativo, actitudes reflexivas y críticas en relación a la realidad experimentada.

Palabras-clave: Enseñanza de Historia. Historia Local. Memoria. Identidad. Mineradores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA.....	29
FOTOGRAFIA 1	MONUMENTO AO MINEIRO DE FIGUEIRA/PR.....	48
FOTOGRAFIA 2	DETALHE MONUMENTO AO MINEIRO.....	48
FOTOGRAFIA 3	DETALHE FRONTAL MONUMENTOS AO MINEIRO.....	48
FOTOGRAFIA 4	ENTRADA DA MINA	57
FOTOGRAFIA 5	PAIOL DE EXPLOSIVOS	57
FOTOGRAFIA 6	PRIMEIRAS GALERIAS	58
FOTOGRAFIA 7	ESCORAS E TRILHOS DE MADEIRA	58
FOTOGRAFIA 8	ESFORÇO DE GUERRA	59
FOTOGRAFIA 9	BANCAS RECEPTORAS	59
FOTOGRAFIA 10	DEPÓSITO DE CARVÃO A CÉU ABERTO.....	60
FOTOGRAFIA 11	OBRAS DO RAMAL FERROVIÁRIO NO CAMPO 1.....	60
FOTOGRAFIA 12	PRIMEIRAS MORADIAS DOS TRABALHADORES.....	61
FOTOGRAFIA 13	VILA DOS MINEIROS.....	62
FOTOGRAFIA 14	VISITA TÉCNICA AO CAMPO.....	62
FOTOGRAFIA 15	TÉCNICA DE EXTRAÇÃO “RAFA”	63
FOTOGRAFIA 16	RUA DA VERGONHA.....	63
FOTOGRAFIA 17	VAGONETE E TRILHOS DE MADEIRA.....	64
FOTOGRAFIA 18	ATERRO PARA REJEITO ESTÉRIL.....	64
FOTOGRAFIA 19	JAZIDA CAMBUÍ ANTES DA EXPLORAÇÃO.....	65
FOTOGRAFIA 20	PARQUE CARBONÍFERA DO CAMBUÍ EM 1964.....	65
FOTOGRAFIA 21	CHEGADA DA MARIA FUMAÇA.....	66
FOTOGRAFIA 22	PRIMEIRA JARDINEIRA.....	66
FOTOGRAFIA 23	CARVÃO EM COMBUSTÃO ESPONTÂNEA.....	66
FOTOGRAFIA 24	BANCA DE BENEFICIAMENTO.....	67
FOTOGRAFIA 25	“ESPIRATADEIRAS”	67
FOTOGRAFIA 26	“VAGONETEIRO”	68
FOTOGRAFIA 27	VENTILAÇÃO EM SUBSOLO	68
FOTOGRAFIA 28	ESCORAMENTO MECANIZADO.....	69

SUMÁRIO

Introdução	10
1. ENSINAR HISTÓRIA NA 3ª DÉCADA DO SÉCULO XXI: O GLOBAL E O LOCAL NA CONFIGURAÇÃO DAS MEMÓRIAS E DAS IDENTIDADES	14
1.1 O ENSINO DE HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	14
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA	18
1.3 HISTÓRIA LOCAL: ENSINO, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	23
2. NOS TRILHOS DO CARVÃO.....	28
2.1 A LOCALIDADE.....	28
2.2 CARACTERÍSTICAS DO CARVÃO MINERAL.....	29
2.3 BREVE HISTÓRICO DA UTILIZAÇÃO DO CARVÃO MINERAL NO BRASIL.....	30
2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO E FUNDAÇÃO DE FIGUEIRA.....	33
2.5 O PLANO DO CARVÃO NACIONAL E A USINA TERMELÉTRICA DE FIGUEIRA	37
2.6 CRISE NA UTEFA, INTERVENÇÃO POPULAR E A TERCEIRIZAÇÃO COMO SOLUÇÃO	39
3. MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A HISTÓRIA DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA	41
3.1 A REVOLUÇÃO DOCUMENTAL E OS DOCUMENTOS-MONUMENTOS.....	42
3.2 O USO DE FONTES E DOCUMENTOS HISTÓRICOS EM SALA DE AULA.....	43
3.3 O MONUMENTO AO MINEIRO DE FIGUEIRA: MEMÓRIAS OFICIAIS E MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS	45
3.4 FOTOGRAFIAS, LINGUAGEM E MEMÓRIA.....	51
3.4.1 A utilização da fotografia em sala de aula.....	53
3.4.2 Fotografias do trabalho mineiro em Figueira.....	55
4. PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM FIGUEIRA/PR.....	71
4.1 SOBRE SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	71
4.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE HISTÓRIA LOCAL DE FIGUEIRA/PR.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

As intensas e profundas transformações políticas, sociais, tecnológicas que vêm marcando o cenário mundial especialmente nas últimas décadas trouxeram novas configurações e infinitas possibilidades de organização para as sociedades atuais. Ao mesmo tempo em que fronteiras se desfazem sob a os processos de globalização, outros processos identitários surgem e passam a compartilhar ideias e valores culturais numa velocidade imensurável.

Estes cenários plurais e dinâmicos exigem sujeitos cada vez mais ativos, emancipados e emponderados que, com atitudes conscientes e críticas, saibam se posicionar diante das situações controversas que permeiam o cotidiano.

Estas novas configurações também impõem à Educação e, conseqüentemente à escola e ao professor, a necessidade de atender novas e diversas demandas. A constituição fluída e desigual da contemporaneidade exige processos formadores que venham preparar os alunos para transformar a realidade política e social do mundo a fim de superar as condições de opressão e buscar sua emancipação (FREIRE, 1996).

Diante disso, além de promover um processo formador que desenvolva o ser humano como um todo, o docente precisa buscar e tecer novas estratégias para superar os modelos transmissíveis, centralizadores e alcançar esta educação emancipadora tão necessária aos dias de hoje.

Para tanto, o ensino escolar necessita, cada vez mais, considerar e explorar temas que tenham conexão direta com a vida dos alunos. Os contextos e as histórias de vida são fundamentais para promover relações dialógicas e interativas que ofereçam ao professor possibilidades de atuar diretamente na inquietude e no reforço da “capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996, p. 26).

Dos onze anos em que atuo como professora de História na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Paraná, dez foram vivenciados em Figueira, pequeno município do interior do estado. Neste período, percebi a existência de uma prática de rememoração do passado que impulsiona o presente de forma contínua buscando forças e legitimidade nos tempos “gloriosos do desbravamento e pioneirismo” para justificar e manter a atividade extrativista na localidade.

Na contemplação de um passado visto pela perspectiva do presente, a imaginação criadora constitui memórias compartilhadas como lugares de satisfação e nostalgia. Nela, as narrativas veiculadas nos espaços de memória existentes na cidade exaltam a figura e o trabalho dos mineiros com representações construídas em torno de heroicidade e bravura.

Estes discursos de valoração e glorificação do trabalhador e da principal carbonífera proferidos em instituições, eventos e publicações da cidade entram em contradição com a constante e maciça redução de postos de trabalho e a estagnação econômica que o município vem enfrentando nas últimas décadas.

Ao olhar este cenário e perceber seus desdobramentos surgem questões inquietantes: a dependência de Figueira da atividade carbonífera é uma vocação ou um projeto de exploração dentro de uma lógica capitalista aplicada àquela localidade? De que forma o discurso que reveste a atividade mineira de heroicidade é utilizado para condicionar as relações de trabalho atuais e garantir a existência de mão de obra disponível? É possível promover um nível de reflexão, a partir das vivências compartilhadas na comunidade, suficiente para construir questionamentos e posicionamentos a respeito da exploração ambiental e humana que ali ocorrem?

Como professora de História acredito ser fundamental proporcionar meios para que os indivíduos e seus grupos de pertencimento tenham condições de situarem-se, compreenderem e intervirem de forma crítica e autônoma nos espaços em que vivem.

Nesse sentido, penso que um trabalho com História Local seja estratégia pedagógica válida para, em sala de aula, evidenciar e valorizar as lutas, processos e conquistas dos grupos sociais que são referência dentro da comunidade em que o aluno está inserido. Este tipo de abordagem pode também oferecer diferentes perspectivas capacitando o indivíduo a fazer diversas leituras de mundo (NIKITIUK, 2000).

Assim, o presente trabalho apresenta possibilidades de ensino de História relacionadas à memória, à identidade e ao trabalho, em um conjunto de ações didáticas para proporcionar a construção de interpretações para as variadas formas com os quais os sujeitos se constituem no tempo e espaço no município de Figueira.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro trata das demandas que as configurações sociais atuais impõem ao Ensino de História, sua

relação com a identidade, a memória e de como a História Local pode ser um ponto de convergência frente aos dilemas enfrentados no contexto escolar atual.

O segundo capítulo investiga, a partir de fontes diversas, o contexto de surgimento e estabelecimento do município de Figueira e de que forma esta trajetória foi se atrelando à exploração carbonífera ao longo do tempo.

A terceira parte da pesquisa trata da importância da utilização de fontes históricas em sala de aula e busca identificar e analisar os dois conjuntos de fontes que dão sustentação à investigação sobre identidade e memória de Figueira: fotografias dos acervos da Carbonífera do Cambuí e do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira que têm como tema a extração de carvão mineral no município entre 1940 e 1980 e o Monumento ao Mineiro.

Por fim, o quarto capítulo apresenta um conjunto de atividades no formato de uma sequência didática que busca levar conteúdos curriculares da disciplina de História do 8º ano a dialogar com a História Local, as memórias instituídas, as representações identitárias individuais e coletivas do município de Figueira, com a intenção de construir conhecimento histórico e atitudes reflexivas e críticas em relação à realidade.

Utilizando a História Local como fio condutor, a partir dos discursos e narrativas construídas em torno do ofício do mineiro do carvão, o objetivo foi tornar mais inteligível os processos históricos que marcaram a trajetória da localidade em que os alunos estão inseridos, relacionando-os, também, com outras épocas e lugares.

Este ideário foi identificado e trabalhado utilizando vestígios históricos como fontes materiais (objetos, ferramentas, monumentos utensílios utilizados nas minas de carvão), imagéticas (fotografias, desenhos, documentários sobre a exploração carbonífera), escritas (registros, documentos impressos) e orais (relatos orais, narrativas de lembranças, entrevistas de trabalhadores das minas em diferentes momentos).

A leitura e análise destas fontes foram organizadas em sequências didáticas, envolvendo propostas de saídas de campo a locais de memória e visitas técnicas à Carbonífera do Cambuí; realização de versões atuais das fotos antigas; entrevistas com mineiros do passado e do presente; organização de instalações com imagens e artefatos utilizados no trabalho manual em subsolo.

Estes vestígios foram utilizados como mediadores culturais em procedimentos metodológicos desenvolvidos para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II que, entre os conteúdos previstos pelo currículo estadual do Paraná, têm a Primeira Revolução Industrial, momento em que o carvão mineral teve um papel preponderante.

Ao propor explorar o local e o cotidiano de Figueira no Ensino de História das Séries Finais do Ensino Fundamental, pretende-se considerar a experiência e relações que permeiam as dimensões de vida dos alunos, com a intenção de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais efetivo e possibilitar, também, a criação e construção de conceitos próprios da ciência histórica, indispensáveis à leitura crítica do mundo.

Tendo estes aspectos em vista, a trajetória da exploração das minas de carvão no Paraná será, portanto, o espaço-tempo utilizado para construir junto aos alunos uma reflexão crítica acerca da realidade social que configura o município de Figueira nos dias de hoje.

Além disso, ao ressignificar as memórias e identidades presentes nos discursos sobre a exploração carbonífera na localidade, espera-se que os alunos percebam seus grupos de pertencimento como sujeitos da História, que os processos ali vividos não estão isolados ou desvinculados do mundo, mas sim, inseridos em outros maiores e, principalmente, que as ações de mudança não estão restritas a heróis e elites e podem se realizar através das mãos dos que têm a vontade de lutar e intervir em prol de uma realidade mais justa e igualitária.

1. ENSINAR HISTÓRIA NA 3ª DÉCADA DO SÉCULO XXI: O GLOBAL E O LOCAL NA CONFIGURAÇÃO DAS MEMÓRIAS E DAS IDENTIDADES

1.1 O ENSINO DE HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Quando se constituiu como área do saber entre os séculos XIX e XX, o ensino de História era uma forma de educação cívica com a finalidade de justificar a ordem social e política vigente, seus dirigentes e, ao mesmo tempo, criar nos membros da nação um sentimento de pertencimento, respeito e dedicação para servi-la (LAVILLE, 1999).

As mudanças que vêm ocorrendo no mundo desde o final do último milênio reconfiguraram as relações de poder redefiniram padrões e revelaram a multiplicidade das questões sociais e culturais. Tais transformações colocaram em xeque as certezas e abalaram os paradigmas da modernidade fundamentados na construção de conhecimentos de base estruturalista, totalizante e cientificista sobre as quais as Ciências Humanas e Sociais vinham sendo edificadas (DELGADO, 2013).

Com novas configurações políticas, econômicas e culturais somadas ao intenso processo de globalização, diferentes referências vieram à tona, mudando perspectivas e alterando as formas de organização social. Na esteira destas modificações, os cidadãos contemporâneos passaram a pleitear e atuar em novos espaços de participação e manifestação.

Em meio a esta efervescência, o ambiente escolar, mesmo sendo face institucional do Estado, permaneceu como um dos principais espaços de discussão e formação identitária onde a História, também sob os efeitos desta virada epistemológica, vem procurando desde então, atualizar métodos, buscar novas abordagens para superar o estigma de conhecimento pronto, estático e cheio de ideias fechadas.

Assim, a História, notadamente a História Escolar, herdeira da missão de formar identidade e salvaguardar o patrimônio nacional, tornou-se cada vez mais palco de lutas identitárias e conflitos políticos porque, os modelos outrora fincados, não respondem às demandas sociais atuais. A busca ansiosa por referências sólidas promove várias maneiras de apropriação e utilização do passado que visam, por

vezes, impor autoridade, legitimar um projeto ou mesmo justificar escolhas e condutas.

O conhecimento e o currículo produzem e reposicionam identidades culturais, de gênero, religiosas, étnico-raciais, sexuais e, por isso, podem ser entendidos como “campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia” (SILVA, 1999, p. 135). Com isso, exercem o papel de poder regulador onde se confrontam opções e se produzem consensos possíveis (SACRISTÁN, 2013)

Eis a razão pela qual o ensino de História tem sido tão visado e vigiado nos últimos tempos: é preciso, a todo custo, formatar a disciplina, retirando ou acrescentando conteúdos factuais dos programas escolares, para garantir a assimilação de uma narrativa exclusiva em conformidade com os ideais de quem está no poder (LAVILLE, 1999, p.127).

Exemplo disso são as revisões curriculares que, ao invés de procurar atender a interesses e necessidades dessa sociedade dinâmica e plural, são meras adequações para recontar a história sob a ótica de quem está governando o país e legitimar a ordem estabelecida.

Nesta realidade vivenciada no Brasil de hoje, a polarização política tem produzido retrocessos aterradores como tentativas de cerceamento e criminalização do exercício da docência. O desmonte da Educação disfarçado sob políticas públicas assombra e constrange os profissionais da área que buscam na luta coletiva e na prática docente resistir a estes tempos sombrios.

No enfrentamento deste contexto adverso a tarefa de ensinar História com olhar múltiplo ganha um peso maior ainda, pois se torna garantia de direitos sociais, políticos e culturais.

[...] O que deveria nos levar a não perder de vista a função social geralmente declarada hoje a respeito do ensino da história: formar indivíduos autônomos e críticos e levá-los a desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas, fazendo com que trabalhem com conteúdos históricos abertos e variados, e não com conteúdos fechados e determinados como ainda são com frequência as narrativas que provocam disputas. Senão, essas guerras de narrativas desencadeadas em todo o mundo vão acabar gerando somente perdedores, tanto no que diz respeito à identidade nacional quanto em relação à vida democrática (LAVILLE, 1999, p. 137).

Assim, para combater usos do passado que visam manter e legitimar o discurso uniformizador do Estado e do estatuto colonial, torna-se ainda mais necessário integrar narrativas que permanecem – ou têm sido – marginalizadas. Por meio delas é possível levar os estudantes a historicizar as condições que determinam a realidade em que estão inseridos para que, assim, consigam se perceber como agentes históricos capazes de se posicionar e interferir em uma realidade adversa.

O contexto atual apresenta, portanto, demandas urgentes, às quais o ensino de História não pode fugir como trabalhar a latente necessidade de autoafirmação e reconhecimento dos jovens e pensar a diferença sob a forma de alteridade.

Para tanto, os estudos históricos em sala de aula precisam ser conduzidos por meio de práticas que valorizem o pertencimento no processo de formação identitária, e também, reconheçam no estranhamento, um aspecto necessário ao ensino para se constituir posturas abertas ao que é novo, inusitado e diferente porque isto “leva a pensar o passado tendo um uso que permite problematizar o presente e imaginar experiências ainda imprevisíveis” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 20).

Indicando a importância de ampliar o diálogo entre pertencimento e estranhamento para construir leituras plurais do passado, CARRETERO; CASTORINA & LEVINAS (2012) propõem um ensino de História pautado por conceitos históricos e diferentes sentidos baseados no conhecimento prévio e nas experiências culturais dos alunos. Tal abordagem, no entanto, precisa estar sempre sob uma perspectiva crítica de modo que tanto os aspectos que geram identificação quanto aqueles que são estranhos ajudem a refletir e questionar o que se passou ao invés de celebrar ou justificar um “passado glorioso”. Para ilustrar esta operação, os autores sugerem a lógica de um viajante:

Pensar historicamente, portanto, não é apenas incorporar informação, mas internalizar e treinar uma lógica de viajante que nos permite aproximar o ontem tanto através de sentimentos de proximidade, vinculados à necessidade de pertencer ao grupo, quanto de afastamento, vinculados com a necessidade de estender os limites do mundo. Pensar historicamente significa poder “navegar” entre o particular e o universal, entre o familiar e o estranho, entre o tradicional e o novo, entre a herança e o projeto. Porque um ensino sobre o passado que apenas reconheça sua proximidade estará distorcida pela projeção do próprio presente, regida pela coação da identificação e encerrada em sua mesmice. E inversamente, alguém que perceba apenas sua alteridade não permitirá estabelecer conexão substantiva com o presente, mas que se limitará a nos oferecer um cartão-

postal exótico, mas inacessível a nossa experiência vital. Em suma: para construir um olhar histórico, é preciso que estas duas dimensões entrem em jogo para organizar significativamente as relações entre o passado e o presente formando agentes sociais e não passivos espectadores do mundo (CARRETERO; CASTORINA & LEVINAS, 2012, tradução da autora).

Sob esta perspectiva, a aula de História deve ser um espaço onde pontos de vista podem ser diferentes e, ainda assim, legítimos, desde que sustentados em interpretações históricas coerentes. Os estudos e as práticas devem criar condições de se construir acordos entre os indivíduos e grupos que pensam de maneiras distintas. Esta abordagem vai muito além do que chamamos de inclusão e diversidade:

Não se trata apenas de “reconhecer” que o outro é diferente, e “aceitar” que ele seja incluído. Trata-se de realizar um movimento de forte alcance pedagógico, de colocar-se na posição do outro e aceitar modificações na sua própria posição tendo em vista a existência do outro (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 29).

Conhecer e reconhecer os processos que desencadearam sua identidade deve tornar o estudante capaz de perceber o presente como produto dos conflitos e lutas que aconteceram no seu passado e conectá-lo, assim, com relações de pertencimento a um grupo dentro de uma trajetória coletiva.

É esta perspectiva ampla que sustenta a presente pesquisa que procura ressignificar as narrativas e discursos que compõem a história do município de Figueira e que associam à extração carbonífera o desenvolvimento e progresso da localidade e de seus habitantes. A trajetória registrada nas imagens, monumentos, narrativas, lembranças e mediada pela memória coletiva dos seus moradores é repleta de nostalgia e heroicidade.

Ao elucidar em sala de aula as circunstâncias que vêm determinando as relações de trabalho e os discursos forjados em torno da exploração do carvão mineral na localidade espera-se levantar entre os alunos questões essenciais para a compreensão das forças que atuam naquela formação identitária: a que condições estes trabalhadores foram submetidos para serem alçados à categoria de heróis no exercício de seu ofício? Que fatores fazem deles “sobreviventes”? O que precisaram enfrentar para serem lembrados como “destemidos”, “desbravadores”? Quantos deles ocuparam cargos importantes na empresa ou mesmo no município? Que vestígios pessoais dos mineiros compõem o “panteão de bravura” da cidade?

Responder estas perguntas pode levar os estudantes a uma profunda reflexão a respeito das relações que configuram e determinam o contexto atual da cidade ou, no mínimo, evidenciar as contradições no ideário que vem sendo propagado através do tempo.

Com estas experiências concretas de aprendizagem histórica espera-se munir os alunos de conhecimentos que os levem a questionar a realidade em que estão inseridos e, quiçá um dia, tenham eles condições e interesse de romper os ciclos de exploração humana e ambiental na localidade para promover relações mais justas e solidárias entre os habitantes e para com a natureza.

Para tal intento, é preciso entender um pouco mais sobre a construção e funcionamento das memórias históricas e suas possíveis relações com a história escolar.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA.

Num tempo em que as relações estão cada vez mais diluídas, os indivíduos tendem a buscar constantemente formas de (re)inserção social construindo identidades pessoais ou coletivas, pautadas por religião, etnia, gênero, origem social entre outros.

É possível, portanto, entender a noção de identidade como um processo em que a pessoa estabelece afinidades e, a partir de elementos distintivos ou unificadores, passa a fazer parte de uma coletividade.

Tal processo não é linear, nem fixo ou imutável e tem estreita relação com a memória. Sendo passível de constantes transformações e negociações, ao ser estudado, precisa ser considerado em variados aspectos e contextos.

A memória, neste cenário, é uma força ativa, dinâmica além de instrumento e objeto de poder porque, por ser seletiva, determina o que deve ser esquecido e o que precisa ser lembrado.

As memórias individuais e coletivas de uma localidade são partes constitutivas da identidade que, por meio de laços com as gerações passadas, vão se orientando segundo as demandas do presente. Sendo assim, elas têm profunda relação com as conjunturas e problemáticas que se desenvolvem em um determinado lugar.

Diante disso, seja como um fenômeno histórico ou fonte histórica, a memória é de fundamental importância tanto para o ofício de historiador quanto para prática docente de história.

Isto porque, com a aceleração do tempo e da consequente diluição das referências do passado vivenciadas atualmente, reforça-se o papel da memória como esteio identitário individual e coletivo; fundamento de lutas por ações reparadoras, argumento e razão de posicionamentos ideológicos muitas vezes radicais.

Assim, uma análise crítica e questionadora da utilização da memória é fundamental para não se incorrer em práticas que ajudam a perpetuar cenários de dominação, opressão, marginalização e discriminação. Trata-se de compreender como o passado impresso em vestígios, lugares, monumentos pode fornecer condições para se entender o presente.

Para tanto, é fundamental que no ensino de História, o professor esteja atento ao abordar a memória em sala de aula tanto para sua dimensão conceitual quanto para os desdobramentos e implicações de sua utilização.

Quando os processos de transformação, os conflitos e os interesses que perpassam pelas questões relacionadas à memória são evidenciados, ela pode se tornar, além de elemento de identificação de um grupo, instrumento de transformação de realidade e, portanto, também uma ação política.

Na memória, como exercício político, os sujeitos trazem em si afetividades e subjetivações que impregnam suas ações no presente que, quando são analisadas sob a perspectiva histórica, tornam possível (re)construir e (re)significar parte do passado a partir das suas vivências.

O ato de lembrar reflete o que há de mais profundo em um ser e é permeado por referências socialmente construídas e, por isso, não há uma distinção clara a respeito do que é individual ou coletivo na memória uma vez que ela se constitui em relação ao outro e o papel das emoções é fundamental neste processo.

Sendo assim, ideias, sentimentos, comportamentos e visões de mundo, muitas vezes, não são escolhas pessoais, mas sim, reflexos e inspirações de grupos sociais que, entre outras coisas, determinam o que é digno de ser lembrado e de que forma essa memória deve ser compartilhada.

A memória, então, é coletivamente construída e reproduzida através do tempo, de maneira dinâmica, mutável e seletiva. Enquanto a memória contribui para

a manutenção da identidade do grupo, é a identidade do grupo que proporciona a construção da memória coletiva. E em cada momento do presente ela funciona como uma representação do passado (HALBWACHS, 2006).

Para Halbwachs (2006) a memória não pode ser algo exclusivo ou estritamente individual porque as lembranças dos indivíduos são sempre construídas a partir de uma relação de pertencimento a um grupo.

Sendo, portanto, uma perspectiva sobre uma memória coletiva, a memória individual é um ponto de convergência e articulação de diferentes influências sociais que pode sofrer variações dependendo do tempo-lugar ocupado pelo indivíduo.

Já a memória coletiva, é o trabalho de um grupo social que localiza, seleciona e articula as lembranças em quadros sociais comuns formando uma espécie de acervo de memórias compartilhadas (HALBWACHS, 2006)

Há muitas memórias coletivas. Em seu desenvolvimento contínuo, não há linhas de separação nitidamente traçadas, mas somente limites irregulares e incertos. A memória de uma sociedade estende-se até a sobrevivência dos grupos dos quais é composta. Quando os grupos que guardavam as lembranças desaparecem, essa memória também é extinta (HALBWACHS, 2006, p. 84-85).

Sendo assim, as memórias individuais e coletivas de uma localidade se formam em meio aos laços com as gerações passadas e vão se orientando segundo as demandas do presente. Elas têm, portanto, profunda relação com as conjunturas e problemáticas que se desenvolvem em um determinado lugar.

Candau (2011) traz uma diferenciação importante,

a memória coletiva que pode ser entendida como o conjunto de lembranças comum a um grupo e a memória social que é conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo. Para o autor, “[...] um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado [...]” (CANDAU, 2011, p. 35).

Para Pollak (1992) existem as experiências que são vividas de forma pessoal e outras que são vivenciadas apenas na coletividade da qual alguém se sente parte mesmo que não esteja dentro do espaço-tempo dos indivíduos. Este é caso dos moradores de Figueira, o que demonstra como afirma Pollak, que memória também pode ser herdada:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado em seu sentido mais superficial, mas que nos

basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5).

Como afirma Le Goff (2003, p.410) “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”. Tanto é assim que existem disputas em torno do que deve ser lembrado ou esquecido e, por isso, “[...] a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003, p. 470).

A memória é, portanto, umas das principais características humanas e está presente em todas as esferas da existência social sendo possível identificá-la nas lembranças pessoais, nos lugares, nos símbolos, nas comemorações, nos monumentos, etc.

Diante da profundidade do conceito não surpreende que trabalhar com a memória não seja uma tarefa simples. Se até meados do século XX a história e memória eram as guardiãs de um passado estático, a revolução historiográfica contemporânea tem na escrita do passado um ato político, um campo de disputas em que narrativas diversas buscam visibilidade.

Com isso, se, por um lado, houve a ampliação da noção de documento e fontes históricas que trouxeram à tona perspectivas até então ignoradas, reprimidas, marginalizadas, por outro, o relativismo e o revisionismo históricos encontraram campo fértil para se alastrar.

Ao abordar história e memória nos campos de produção historiográfica (pesquisa/ensino) é preciso considerar que escrever, lembrar e esquecer não são atividades isentas e sim, práticas imersas em subjetividade permeadas por aspectos como consciência, inconsciência, seleção, repressão e manipulação entre outros.

Ainda assim, por constituir-se de traços do passado, a memória aliada à História se configura em um instrumento importante para analisar as experiências humanas no tempo e a serviço da sala de aula, uma relação fundamental para fazer pensar historicamente as dinâmicas relações entre passado e presente.

Cada lugar tem uma força, uma energia que lhe é própria e que decorre do que ali acontece. Ela não vem de fora, nem é dada pela natureza. É o resultado de uma construção social que se dá na vivência diária dos

homens que habitam o lugar, resultado do grau de consciência das pessoas como sujeitos do mundo onde vivem e dos grupos sociais que constituem ao longo de sua trajetória de vida. É o resultado do somatório de tempos curtos e de tempos longos que deixam marcas no espaço” (CALLAI, 2005, p. 231)

Ao praticar a análise e debate sobre os modos pelos quais se constituem através do tempo as demandas em torno do discurso sobre um determinado passado, o professor pode tornar mais profunda a reflexão acerca das mudanças e permanências que configuram presente e tentam direcionar o futuro de um grupo ou da localidade como no caso estudado por esta pesquisa.

O discurso criado em torno dos mineiros como uma classe de trabalhadores unida, forte, vencedora na cidade de Figueira é tão vigoroso na memória coletiva de seus habitantes que os aspectos negativos da exploração carbonífera são suplantados pelo ideal de trabalhar em uma profissão que aposenta com (“apenas”) quinze anos de exercício.

É possível, no entanto, perceber que a glorificação do mineiro e de sua contribuição para o progresso da região presente em diversas esferas de convivência social, entra em contradição com evidências de exploração extrema, desamparo e estagnação econômica que permeiam a trajetória do município.

Para compreender a força e a intenção desta memória compartilhada em relação ao ofício do mineiro em Figueira é preciso tratar, também, do que foi esquecido e omitido dentro desta narrativa.

Assim, é necessário buscar nas entrelinhas do ideário produzido a respeito da exploração do carvão mineral naquela localidade, o que é possível saber sobre as reais condições de trabalho e o seu grau de exploração, os perigos e os medos que os trabalhadores enfrentavam, as questões sociais e ambientais que envolviam e ainda estão presentes nesta prática extrativista.

Levantar memórias não oficiais é uma forma de desobstruir falas e romper silenciamentos numa tentativa de preservar e valorizar do legado do trabalho minerador pelo que foram de fato: heróis e sobreviventes dentro de uma lógica capitalista que, com práticas paternalistas e discurso glorificador, vai garantindo através dos tempos a exploração dos habitantes da cidade e de seus recursos naturais.

Ao trabalhar com estes aspectos da história e da memória de Figueira em sala de aula, a intenção é levar os alunos a olhar de forma crítica a constituição e o

estabelecimento das relações sociais que os cercam e, também, promover reflexão acerca dos valores, práticas e costumes que compõem a realidade em que estão inseridos.

Desta forma, entende-se cumprir prerrogativas do ensino de história como a de possibilitar ao indivíduo libertar-se do imobilismo que o prende diante dos acontecimentos (BITTENCOURT, 2009) e desenvolver competências para que ele seja capaz de emitir opiniões e tomar decisões de maneira fundamentada, a partir de análises críticas e considerando diversas perspectivas. Porém, diante de uma tradição curricular que valoriza apenas o nacional e um pretenso ‘universal’, ainda é preciso ressaltar as potencialidades do trabalho com a história local na Educação Básica.

1.3 HISTÓRIA LOCAL: ENSINO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Entre os objetivos do ensino de história está o de possibilitar aos alunos a condição de perceber os sentidos das narrativas que circundam sua vivência e, a partir disso, proporcionar a formação de indivíduos capazes de agir de maneira crítica e autônoma.

O estudo da história local na escola pode, portanto, levar o aluno a compreender a si mesmo, a sua sociedade e a construir condições para ler sua realidade e buscar soluções para os problemas detectados.

A busca em sala de aula é, então, construir noções que permitam a compreensão das relações que têm permeado as sociedades ao longo do tempo e que, pensando e repensando o passado, o aluno adquira atitudes reflexivas sobre o presente e o futuro, tornando-se capaz de transformar realidades adversas.

A tarefa da escola, assim, vai muito além de ensinar os conteúdos previstos em um currículo: ela deve também desmistificar a realidade a fim de provocar ações de mudanças conscientes. Vem daí a importância da organização curricular se fundamentar em relações com a vida cotidiana.

A História Local se apresenta como uma possibilidade de exercício historiográfico profícua para um ensino que leve em consideração a realidade do aluno. Ela estuda sistemas culturais específicos e, por isso, dá a compreender as relações que entrelaçam os ambientes intelectuais, as ações políticas, os processos

econômicos que marcam a trajetória de um lugar e, ao mesmo tempo, envolvem as comunidades em diferentes escalas (REZNIK, 2002).

Um dos princípios da História Local é possibilitar um olhar indagador sobre o mundo a partir das referências do indivíduo. Seja como conteúdo ou recurso didático, a temática local abordada na construção do conhecimento histórico em sala de aula, contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa que se inicia num espaço familiar do cotidiano e vai se ampliando. Como bem aponta a professora historiadora Circe Bittencourt,

a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009, p.168).

Sob o recorte da localidade, a abordagem histórica pode trazer à tona questões essenciais para a compreensão dos caminhos percorridos por indivíduos, grupos e instituições. Tais organizações sociais em sua trajetória determinam as formações identitárias, desenvolvem o pertencimento, a afetividade, produzem memórias e constroem narrativas com finalidades específicas. O estudo a partir de temas, espaços, costumes reconhecíveis entre pessoas que pertencem a um determinado sistema cultural favorece a ampliação de horizontes e a reflexão histórica.

Com a abordagem da História Local, os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito (BARROS, 2010, p. 3).

Um recorte local não significa elaborar uma análise histórica simplificada ou restrita, mas, ao contrário, se constitui na prática de um olhar circunscrito aos objetos de estudo na busca de dados e/ou informações que venham elucidar as questões levantadas durante o trabalho historiográfico.

O local aqui é entendido como um lugar de sociabilidade em que as experiências individuais e coletivas se desenvolvem em relação de complementaridade e, assim, permitem o diálogo entre passado, presente e futuro (GONÇALVES, 2007).

Sob esta perspectiva, trata-se de um campo privilegiado porque permite construir ou desconstruir versões de narrativas históricas pautadas por abordagens factuais, descritivas e conteudistas que, por vezes, condiciona o local ao regional e este, por sua vez, ao nacional. Sobre estes aspectos Schmidt e Cainelli (2004) pontuam:

O trabalho com a história local no ensino da História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob forma de conhecimento histórico, ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e trabalhado, contribui para a construção de consciência histórica (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 114).

A História Local, portanto, se apresenta como um importante recurso pedagógico; permitindo relacionar teoria e prática uma vez que esta abordagem é capaz de evidenciar pormenores valiosos para aprendizagem histórica ao dar aspecto concreto a um tema em estudo (COUSINET *apud* SCHMIDT, 2007). Além disso,

Do ponto de vista pedagógico, se pretendemos uma pedagogia da memória que faça frente aos problemas de desenraizamento, falta de identidade e pluralidade cultural e rática que caracterizam as nossas escolas, a história local pode ter um papel decisivo na construção de memórias que poderão se inscrever no tempo longo, médio ou curto, favorecendo uma melhor relação dos alunos com a multiplicidade da duração. [...] Sob o ponto de vista científico, a história local e regional evita o erro grosseiro de se considerar o nacional como um todo homogêneo, o que, em termos de investigação científica, produz uma percepção desfocada e distorcida da dinâmica das sociedades (MANIQUE; PROENÇA, 1994, p. 25).

Assim, ao conectar os saberes histórico-historiográficos partindo do “concreto para o abstrato”, do “conhecido para o desconhecido”, do “próximo para o distante” e do “local para o global” (FERNANDES, 1998, p. 47), incorporar-se-á as experiências de vida dos alunos, inserindo-os na realidade do passado da comunidade e, também, refletindo sobre realidades mais globais com o objetivo de facilitar o processo de ensino-aprendizagem em História e possibilitar reflexões a respeito do modo de viver característico do lugar em que habitam.

O ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os

acontecimentos locais com os acontecimentos globais (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 114).

Para tanto, é importante que as escolhas pedagógicas feitas em sala de aula levem os estudantes a refletirem sobre valores, práticas culturais e, também, relacionarem os assuntos estudados com o que acontece no mundo.

Isto porque, por menor que seja um objeto historiográfico, ele não é autossuficiente e, portanto, a história de uma cidade, por exemplo, não basta por si só para explicá-la. É necessário recorrer a contextos e relações que trarão explicações no entrelaçar do que ocorre entre a região e o país, entre o país e o mundo, entre o mundo e o indivíduo. Schmidt e Cainelli (2004) alertam:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial (SCHIMIDT ; CAINELLI 2004, p.112).

O estudo histórico local não se opõe a uma história de cunho regional ou nacional ele é, sim, a parte que alinhava os diferentes processos e mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – que permeiam as comunidades em esferas locais, regionais e globais (RESNIK, 2002).

Ressignificando o olhar sobre o lugar em que vivem através da História Local, os alunos poderão, então, estabelecer relações lógicas em diferentes escalas de análise; perceber a História como um processo e não um conjunto de fatos isolados e, até mesmo, superar posturas de apatia e aversão quando alegam não ver função ou sentido no estudo histórico (BARBOSA, 2006).

Construir reflexões com base no sentido histórico para o aluno oportuniza a compreensão de como os sujeitos relacionam-se entre si e como se estabelecem as relações com os grupos sociais.

Assim, o trabalho com a memória pode possibilitar que os alunos relacionem a fisionomia da localidade e da cidade em que vivem, suas próprias histórias de vida, suas experiências sociais e suas lutas cotidianas, bem como experiências sociais e cotidianas de outras espécies (MENEZES; 2004, p.220).

Os estudos locais pela proximidade e afetividade fortalecem a busca pela compreensão da realidade vivida, despertam o espírito de pesquisador e promovem indagações que, depois de problematizadas, fomentam o pensamento histórico e permitem ao professor construir conhecimento histórico em sala de aula.

Ao estudar as representações e discursos forjados em torno da exploração de carvão mineral desde a década de 1940 no município de Figueira, interior do Paraná, esta pesquisa pretende constituir processos de ensino e aprendizagem histórica que sejam reconhecedores e evidenciadores de aspectos omitidos e/ou silenciados na trajetória de constituição da localidade.

O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimento, formas de lazer e também uma cultura. Nesse sentido, a cidade é fruto da produção humana, do trabalho e das vivências que se firmam em dado lugar, portanto, é necessário que quem a vive, também a reconheça em sua veracidade tendo em vista que:

Compreender o lugar em que se vive encaminha-nos a conhecer a história do lugar e, assim, a procurar entender o que ali acontece. [...] nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. [...] Ao mesmo tempo em que ele é palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades (CALLAI, 2005, p. 236).

Assim, ao realizar um recorte local para a produção de conhecimento histórico em sala de aula, este trabalho pretende incluir o estudo de fatos, lugares e sujeitos como forma de articular o particular e o universal levando os alunos a compreender e refletir sobre as questões culturais, econômicas, sociais e políticas que determinam o contexto em que vivem. Para concretizar tal proposta, é preciso que se conheça um pouco mais da história e da memória construídas sob os trilhos do carvão do município de Figueira.

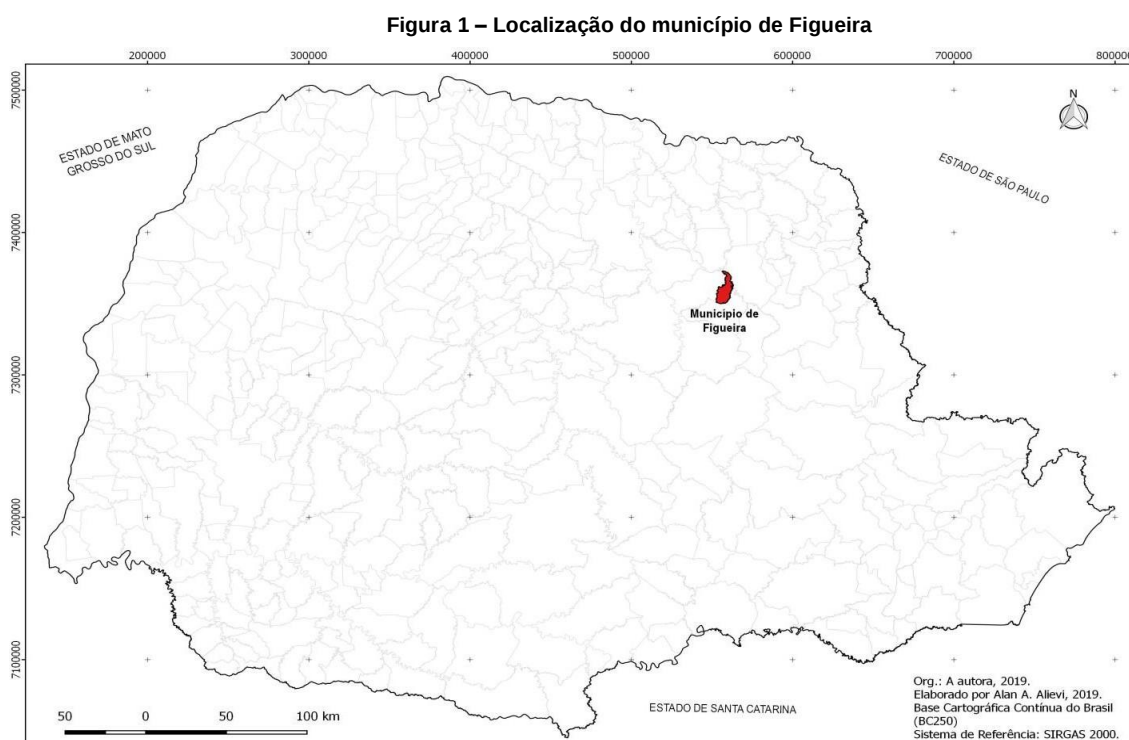
2. NOS TRILHOS DO CARVÃO

A intenção deste capítulo é compreender como se deu o processo de constituição do município de Figueira para identificar e perceber os aspectos e elementos que o levam a se tornar um produtor carbonífero e quais relações este fato tem com o contexto político e econômico do Brasil e do mundo.

2.1A LOCALIDADE

O município de Figueira situa-se na Mesorregião do Norte Pioneiro, na porção nordeste do estado do Paraná e pertence à Microrregião Geográfica de Ibaiti, divisão esta adotada pelo IBGE e que é composta por 8 municípios: Curiúva, Figueira, Ibaiti, Jaboti, Conselheiro Mairinck, Sapopema, Japira e Pinhalão (IBGE, 2019).

No último censo, realizado em 2010, o total de habitantes era de 8.293 com densidade demográfica de 63,91 hab/km². Atualmente, no entanto, o IBGE aponta para a diminuição populacional já que a estimativa atual é de que a cidade tenha em torno de 7.845 habitantes. Em 2016 a renda média mensal era de 2,4 salários mínimos e o percentual de pessoas ocupadas era de 14,9% (IBGE,2019).



Fonte: PUCHALSKI, 2019.

Desde as primeiras movimentações, o processo de ocupação da região esteve ligado à exploração de recursos minerais em especial à extração de carvão mineral. Do início do século até o presente momento esta dependência das atividades carboníferas veio se acentuando de modo que grande parte dos indicadores sociais revelam estagnação e falta de dinamismo econômico na cidade de Figueira.

Para entender os processos e contextos que encaminharam o município para o cenário atual é preciso retomar alguns aspectos referentes à produção e utilização de energia elétrica no país e, em especial, seguir as trilhas do carvão mineral no Brasil.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO CARVÃO MINERAL

O carvão fóssil ou mineral, como é designado comercialmente para ser diferenciado do carvão vegetal, é a rocha sedimentar combustível, formada a partir de restos vegetais que se encontram em diferentes estados de conservação, tendo sofrido soterramento seguido de compactação em bacias pouco profundas. Assim,

[...] são de origem orgânica e, portanto, segundo definição geológica, não são rochas autênticas. Entretanto, como são componentes sólidos da crosta terrestre e estão tão alterados que não é possível reconhecer sua origem orgânica, são incluídos em rochas sedimentares (SCHUMANN, 1985, p.134).

A utilização do carvão mineral está vinculada às suas propriedades. Seu poder calorífico e composição determinam-se o calor resultante de sua queima irá aquecer caldeiras, gerar vapor ou movimentar turbinas e se o gás produzido irá ter como resultado fertilizantes, amônia, combustíveis líquidos entre outros (ANAEEL, 2008).

As reservas brasileiras são compostas pelo carvão dos tipos linhito e sub-betuminoso. As maiores jazidas situam-se nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As menores, no Paraná e em São Paulo. As reservas brasileiras ocupam o 10º lugar no ranking mundial, mas representam menos de 1% das reservas totais. O minério brasileiro, no entanto, é pobre do ponto de vista energético e não admite beneficiamento nem transporte, em função do elevado teor de impurezas (ANAEEL, 2008).

O carvão brasileiro é produzido apenas nos estados da Região Sul. Rio Grande do Sul é o maior produtor e tem as maiores reservas. A qualidade varia do sul para o norte: o teor de cinzas diminui e o teor de enxofre aumenta. O caráter metalúrgico não existe no Rio Grande do Sul, exceto no carvão de Morungava, é fraco no Paraná e excelente em Santa Catarina (ANAEEL,2008).

Diante destas características o produto nacional tem as possibilidades de utilização bem restritas:

O carvão mineral possui duas aplicações principais no Brasil: utilização como combustível para geração de energia elétrica, incluindo uso energético industrial, e utilização na siderurgia para produção de coque, ferro-gusa e aço (TOLMASQUIM, 2016, p.245).

O carvão mineral metalúrgico tem baixo teor de cinza e enxofre quando é submetido a elevadas temperaturas na ausência de oxigênio, libera gases e forma um material sólido poroso e infusível, o chamado coque, que é a principal matéria prima para altos fornos (TOLMASQUIM, 2016).

Os jazimentos paranaenses que representam menos de 1% dos recursos nacionais estão localizados na região central do Estado nas regiões de Cambuí e Sapopema. São constituídos de carvão mineral de vapor e, portanto, seu poder calorífico é mais baixo. O carvão paranaense se distingue dos demais carvões brasileiros explorados em minas subterrâneas, pelos seguintes aspectos: I) camada de carvão única; II) teor de cinzas na camada variando até 45%; III) teor de enxofre variando de 7% a 12%; IV) praticamente, não apresenta fração de carvão metalúrgico (ANEEL, 2011).

Tais propriedades exigem que sua utilização seja feita sem beneficiamento e na boca da mina e foi esta característica o fator determinante para que Figueira viesse a receber uma das primeiras termelétricas estatais do país e, também, o motivo pelo qual a Companhia Carbonífera do Cambuí veio a se tornar mantenedora desta Usina.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA UTILIZAÇÃO DO CARVÃO MINERAL NO BRASIL

A partir do século XVIII com a intensificação do desenvolvimento industrial, o carvão mineral se tornou a principal fonte de energia utilizada pelo homem tendo um

papel essencial durante a Primeira Revolução Industrial quando as máquinas eram movidas a vapor.

No Brasil, o carvão mineral é explorado desde o início do século XIX quando passou a ter importância na conjuntura nacional devido ao desenvolvimento da extração mineral e da geração térmica de energia elétrica.

A exploração carbonífera, no entanto, num primeiro momento não obteve o resultado esperado devido às dificuldades de comercialização e à concorrência do carvão inglês que minavam as perspectivas do produto nacional. Conforme DAHNE (1893)

[...] interesses feridos dos que negociavam em carvão inglês oppunham-se á sua introdução, e reconhecimento da boa qualidade do carvão nacional, empregando todos os meios para o desacreditar e fazer o povo desconfiar deste producto (sic).

Ferrer (1998) também aponta questão do transporte como limitador da produção e consumo do carvão mineral no Brasil:

[...] a estrutura de transportes deficientes dificultou a utilização do carvão mineral brasileiro quando a indústria nacional começou a se desenvolver, pois o carvão importado chegava dos principais centros industriais mundiais por um preço muito mais baixo que o nacional. Normalmente utilizado em grandes quantidades, o carvão, quando precisa ser transportado por grandes distâncias, onera em demasia a indústria que dele necessita (FERRER, 1998, p.101).

Estes empecilhos e entraves logísticos-comerciais comprometeram tanto os lucros com o carvão mineral que determinaram a saída do capital estrangeiro da exploração carbonífera no país e possibilitaram a entrada dos investidores nacionais, notadamente os cafeicultores, no ramo da mineração como apontado por Pesavento (1982):

[...] ante as dificuldades que se apresentaram para a extração do carvão, o capital estrangeiro desistiu do empreendimento, demandando áreas mais lucrativas de investimento. Por outro lado, face a escassez dos recursos da província, foram os capitais vinculados ao núcleo central da economia - o centro cafeicultor formado pelo eixo São Paulo-Rio - os que se dispuseram a investir no sul (PESAVENTO, 1982, p. 285).

Tais investimentos tiveram resultados positivos devido a fatores externos e internos. As Guerras Mundiais dificultaram a importação de carvão estrangeiro obrigando a utilização do produto brasileiro e, internamente, a crescente

industrialização do país e a implantação da siderurgia nacional aumentaram a demanda pelo carvão aqui produzido. De acordo com Fonseca:

Tanto na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) como na 2ª (1939-1945) ocorreu a paralisação do tráfego marítimo internacional, forçando o aparecimento da indústria de carvão brasileira. O governo decretou vários tipos de isenções fiscais e promulgou leis especiais, fazendo com que as indústrias passassem a consumir o carvão nacional (FONSECA, 1980, p.17-18).

Assim, no início do século XX o governo passou a promover políticas de incentivo e amparo à produção carbonífera nacional por meio de isenção de taxas e impostos para a importação de maquinário para exploração, subsídios para a redução dos valores nos fretes de transporte e construção de ramais ferroviários que interligavam os locais das minas.

A exploração carbonífera não conseguiu atender, no entanto, às necessidades do mercado brasileiro em virtude da baixa produtividade, da qualidade inferior do carvão e do seu alto custo de produção. O preço alto era consequência das dificuldades da exploração que utilizava técnicas rudimentares e a questão do transporte que, mesmo tendo recebido melhorias, não era sistemático entre os destinos de comércio do carvão.

Para manter a indústria carbonífera ativa o governo federal amparou o setor por meio do decreto 20.089, de 9 de junho de 1931 que estabeleceu a obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional. Em 1937 o Decreto nº 1.828 elevou a taxa de utilização obrigatória do carvão mineral nacional para 20% como forma de garantir mercado para ele (LIMA, 1970).

O grande impulso para a indústria carbonífera foi a instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda na década de 40, marco fundamental de uma nova fase de industrialização do Brasil.

Ao fim do período de guerra, as importações de carvão inglês foram normalizadas e o governo interferiu diretamente na indústria carbonífera. Pequenas empresas foram pressionadas para se incorporarem a grupos maiores a fim de garantir melhores condições para a mecanização da produção com a finalidade de diminuir os custos do carvão.

Tal política acabou por formar grupos econômicos poderosos que organizaram e instituíram a exploração carbonífera a partir dos anos 40 no sul do

Brasil delineando, então, as condições de surgimento e formação da cidade objeto deste estudo: Figueira, no estado do Paraná.

2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO E FUNDAÇÃO DE FIGUEIRA

Grande parte daqueles que escreveram a respeito do Norte Pioneiro do Paraná ou, mais especificamente, sobre o território da bacia do rio das Cinzas, por questões metodológicas e/ou políticas, adotaram a visão dos colonizadores atribuindo-lhes a condição de povoadores.

Tal discurso é, muitas vezes, apoiado em dados de trabalhos estatísticos, sem cunho histórico, que tinham por finalidade delinear o contexto geral de uma região em estudo. Com isso, acabou-se omitindo e desqualificando a presença indígena naquela localidade e contribui-se, também, para fortalecer o mito do vazio demográfico intensamente propagado pela visão colonizadora dos fatos:

[...] na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravio”. As terras do setentrião, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos de 1920 aos anos de 1950 estavam desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e colonizadas. É o mito do vazio demográfico. Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam (MOTA, 2009, p.14).

No entanto, pesquisas arqueológicas afirmam que o território paranaense era habitado por populações indígenas desde cerca de 10 mil anos AP (antes do presente). A área da bacia do rio das Cinzas, região onde Figueira está inserida, tem vestígios de indústria lítica, cerâmica e cultura religiosa que datam de 400 AP no município de Curiúva e de mais de 700 AP no rio Laranjinha. (cf. CARSTEN, 2001).

Apoiados na história simplificada elaborada pela ideologia dominante, os autores que se encarregaram de contar a história do município de Figueira, o fizeram como se os movimentos de ocupação da região tivessem se iniciado a partir da chegada dos fazendeiros e mineiros paulistas no final do século XVIII para (re) ocupar o território e abrir as minas de carvão.

Apesar disso, é possível resgatar a presença indígena na região em obras não acadêmicas como o livro de memórias de Joaquim Vicente de Souza, “Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no Cenário do Norte do Paraná” que, embora apresente uma visão romanceada dos indígenas que viviam naquela localidade, demonstra a povoação indígena em uma região próxima de onde o município de Figueira viria a se constituir:

Esta região, segundo historiadores e indianólogos, era habitada pela grande nação dos índios Guaranis, selvagens de proverbial mansidão, e que viviam da caça e da pesca pela floresta e rios destas paragens. Destes índios inda (sic) temos muitas notícias, inclusive de testemunhas vivas, que deles contam muitos passados quando por aqui transitavam dos seus aldeamentos do Tijuco Preto (Pirajú) e São João Batista do Rio Verde (Itaporanga), em andanças para outro grande aldeamento (sic) no Pinhalsinho (Ribeirão do Pinhal), às margens do rio Laranjinha. (SOUZA, 2007, p.16).

Essa presença pode ser evidenciada, ainda, por meio da análise de documentação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, em relatos de etnólogos, antropólogos e profissionais de outras áreas acadêmicas como o do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o Paraná na primeira metade do século XIX e, ao penetrar na bacia do rio das Cinzas, afirmou que a região era habitada por populações indígenas.

Dirigi-me para os lados do leste e atravessei o rio da Cinza; passando por trilhas pouco frequentadas, eu me aproximei, tanto quanto possível, das terras habitadas pelos índios selvagens (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 43).

Saint-Hilaire percorreu a parte da bacia do Rio das Cinzas que começa a se formar ainda no território dos Campos Gerais. Ao visitar a fazenda Jaguariaíba (localidade que originou o município de Jaguariaíva) descreveu os conflitos e prejuízos causados pelos índios que lhe foram relatados pelo coronel Luciano Carneiro. Os episódios demonstram que os índios não se sentiam acuados pela presença colonizadora e continuavam a buscar recursos em seus antigos domínios.

Mesmo com a chegada dos colonizadores, portanto, as populações indígenas permaneceram na bacia do rio das Cinzas nos aldeamentos a eles delimitados pelo poder estatais e também dispersos em busca de recursos. Assim, os indígenas continuaram resistindo em torno de seus antigos domínios,

comercializando produtos e aproveitando-se de bens e produtos das sociedades recém-instaladas (CARSTEN, 2001).

Foi nesse contexto regional que, por ordem de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, a fim de cumprir a ordem imperial de abrir uma estrada para ligar os Campos Gerais à Colônia Militar de Jataí (hoje Jataizinho) em 1851, o sertanista Joaquim Francisco Lopes deu início ao desbravamento da floresta das serras do Facão e do Caetê (FERREIRA, 1996).

Ao longo das primeiras décadas do século XX a região que hoje abrange os municípios de Figueira e Curiúva foi sendo (re) povoada com a chegada de migrantes oriundos de diferentes pontos do país para trabalhar na exploração mineral da região (FERREIRA, 1996).

Nos primeiros anos da década de 1920 a região que viria a ser o município de Figueira já era explorada por garimpeiros, safristas e agricultores atraídos pela fama dos diamantes encontrados em Tibagi e que acabavam se fixando nas proximidades dos rios do Peixe e Figueirinha (REVISTA NOSSA FIGUEIRA, 1997). Em 1926, surgiu, então, um pequeno vilarejo batizado de Figueira devido a uma árvore desta espécie ser o ponto de encontro, referência e descanso da localidade (SANTOS; CASTRO, et al., 2004).

A exploração sistemática de carvão naquela região teve um salto em 1941 porque, com impedimento da importação de carvão mineral causado pela II Guerra Mundial, houve um aumento significativo da demanda pelo produto nacional gerando políticas de incentivo à produção carbonífera.

Promulgado pela lei nº. 24.642, de 10 de junho de 1934 desde então o Código de Minas vinha incentivando o surgimento de empresas interessadas na exploração do carvão paranaense. Em 1936, foi instalada a primeira empresa paranaense - Companhia Hulha Brasileira & Cia. Ltda. – que abriu minas carboníferas no município de Wenceslau Brás para fornecer carvão para a Estrada de Ferro Central do Brasil (NOSSA FIGUEIRA, 1997). Neste contexto, famílias vindas do interior paulista investiram na aquisição de terras e passaram a explorar jazidas de carvão presentes na região de Figueira.

Na década de 1940 foram abertas as primeiras minas de carvão na área das barrancas do Rio do Peixe. Em 1942 a Companhia Carbonífera Brasileira, para viabilizar e escoar produção proporcionou obras fundamentais para o desenvolvimento do distrito como uma ponte sobre o rio do Peixe entre Ibaiti e

Curiúva; a construção da estrada de ferro que ligava Figueira a Eusébio de Oliveira e, para suprir as necessidades das minas, a instalação de uma serraria com a finalidade de produzir madeiramento para escora do subsolo. Além disso, trouxe água e energia elétrica para o povoado que, naquele momento, era denominado Vila Cambuí (SANTOS; CASTRO, et al.,2004).

No pico de produção que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, operavam na região as empresas: Cia. Carbonífera do Rio do Peixe, Cia. Carbonífera do Cambuí, Carbonífera Brasileira S.A., Cia. Mineração Norte Paranaense e Mina de Carvão do Ribeirão do Carvãozinho (LACTEC, 2001).

Em torno desta movimentação exploratória outros setores do povoado foram se desenvolvendo principalmente porque a atividade carbonífera vinha apresentando bons resultados financeiros. Demonstrando o otimismo em relação ao desenvolvimento do vilarejo em 20 de janeiro de 1949, Figueira se tornou Distrito Judiciário de Curiúva.

No final da década de 1940, no entanto, a industrialização brasileira passou a priorizar o petróleo e o carvão mineral foi perdendo espaço na economia. Além disso, a falta de logística para entregar o produto, as técnicas rudimentares de extração e armazenamento foram diminuindo o valor da produção. Com isto, muitas empresas na região de Figueira foram fechadas, vendidas ou incorporadas por outras maiores (LACTEC, 2001).

Assim, a Companhia Carbonífera do Cambuí, fundada em 1942, e que, na época, tinha contrato de fornecimento de carvão para a Klabin, fábrica de papel instalada no município de Telêmaco Borba, foi incorporando as companhias menores e se estabeleceu como a única empresa neste ramo no Paraná (NOSSA FIGUEIRA, 1997).

Nesta mesma época o crescente processo de urbanização e industrialização do Brasil aumentou a demanda do setor elétrico exigindo, por parte do poder público, investimentos na produção de energia (VEIGA; FONSECA, 2002).

Um exemplo desta política foi quando, em 1957, o governo de Juscelino Kubitschek autorizou o financiamento da construção de uma usina termelétrica no distrito de Figueira (REVISTA NOSSA FIGUEIRA,1997).

2.5 O PLANO DO CARVÃO NACIONAL E A USINA TERMELÉTRICA DE FIGUEIRA

A partir da década de 1940, o governo brasileiro fixou diretrizes mais amplas que visavam o melhor aproveitamento do carvão nacional. O Decreto-Lei nº 2.667, de 3 de outubro de 1940, trouxe medidas fiscais e estímulos financeiros para a exploração carbonífera; previa a ação governamental visando “auxiliar, pela forma que julgar conveniente, as empresas nacionais de mineração de carvão, para o fim exclusivo de melhorar a qualidade de seu produto e diminuir seu custo de produção” (BRASIL, 1940).

Na mesma época, foi criado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia que, deveria realizar estudos de planejamento necessários à coordenação do setor carbonífero. Entre as providências tomadas naquele momento destacam-se as que visavam sanar os problemas logísticos da produção do carvão mineral como o controle estatal de portos, investimentos nas estradas de ferro que ligavam as zonas carboníferas e adequação de frotas para o transporte de carvão (CALICCHIO, 2015).

O governo Dutra (1946-1951) trouxe medidas ainda mais efetivas em relação ao carvão nacional como a Lei nº 1.102 de 18 de maio de 1950 que aprovou o Plano Salte e criou verba específica para a exploração carbonífera no país. Em 1953 o Plano do Carvão Nacional foi aprovado na qualidade de quinquenal (CALICCHIO, 2015).

O Plano Nacional do Carvão ocorreu em um momento que havia uma demanda crescente pelo combustível devido à expansão industrial do país e ao processo de eletrificação das ferrovias.

Além dos incentivos e investimentos para a produção do carvão metalúrgico, o Plano Nacional do Carvão também contemplou a produção do carvão de vapor ao determinar a construção e equipamento de usinas termelétricas para utilizar as jazidas de carvão do tipo não-exportável, antieconômico ou residual com finalidade de incentivar e desenvolver os mercados locais e, também, atender à crescente demanda de utilização de energia elétrica (BRITO JR, 1999).

Em 1957, foram construídas as primeiras usinas termelétricas do governo situadas junto a jazidas: em março, pela lei 3.119, a Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca) e em julho, pela lei 3.226, a Usina Termelétrica de Figueira S.A. (UTELFA).

A Usina Termelétrica Figueira foi construída nos primeiros anos da década de 1960, tendo sido inaugurada em abril de 1963. Iniciou suas operações com dois grupos geradores de 10 MW cada, sendo depois instalado um terceiro grupo gerador de idêntico porte. Seu combustível, o carvão mineral, era extraído de uma mina pela Carbonífera Cambuí, situada a poucos quilômetros da usina (SANTOS, CASTRO, et al., 2004).

Nesta época havia muita carência no setor elétrico, principalmente na geração de energia, assim, nos primeiros anos de funcionamento a Termelétrica de Figueira passou a ter uma grande importância para o abastecimento elétrico do Estado. Tanto que, próxima à Usina, foi construída uma subestação de grande porte com linhas de transmissão que permitiam o transporte de energia para Ponta Grossa, Londrina, Apucarana, Telêmaco Borba e para o Estado de São Paulo. A partir de então, Figueira passou a ser parte da estrutura básica da eletrificação do estado e a UTELFA (Usina Termelétrica de Figueira S.A) ampliou consideravelmente o potencial elétrico do Paraná (BRITTO JR, 1999).

Entre a UTELFA e a jazida de carvão, explorada pela Companhia Carbonífera do Cambuí, existe uma distância de cerca de cinco quilômetros onde foi crescendo o vilarejo de Figueira principalmente porque, em função da operação e manutenção da Termelétrica e da exploração das minas, havia necessidade de muitos empregados o que trouxe desenvolvimento e dinamismo econômico para a região (SANTOS; CASTRO, et al., 2004). O crescimento foi tal que em 20 de abril de 1982 pela lei estadual 7.570, Figueira conseguiu, enfim, sua emancipação política.

Nesse meio tempo, o interesse e vocação da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) em produzir energia hidrelétrica foi se acentuando em virtude do grande potencial do Paraná para gerar este tipo de energia e, também porque a exploração das jazidas de carvão apresentava alto grau de dificuldade que aumentava os custos e inviabilizava a produção (BRITO JR, 1999).

Outra questão importante é que as usinas hidrelétricas construídas pela COPEL têm um porte imensamente maior do que a Termelétrica de Figueira: para efeito de comparação, enquanto a Utefa produz 20 MW, as hidrelétricas de Foz do Areia e Segredo produzem 1200 MW cada uma (COPEL, 2018).

Em larga escala o custo do MWh gerado pela hidrelétrica fica muito menor que a energia produzida a partir de uma termelétrica e isto colocou em xeque a continuidade das atividades da UTELFA.

2.6 CRISE NA UTELF, INTERVENÇÃO POPULAR E A TERCEIRIZAÇÃO COMO SOLUÇÃO

Ao longo da década de 1980, a única termelétrica do Paraná foi perdendo importância: primeiro pararam os investimentos em novas instalações para melhorar o desempenho da usina, depois com a finalidade de cortar gastos no setor foram reduzidas as manutenções nas instalações existentes (BRITO JR, 1999).

Tais atitudes foram deteriorando os equipamentos, tornando a manutenção corretiva cada vez mais cara e, portanto, negligenciada até que, em 1986, aconteceu a explosão de um grupo gerador. As reformas que aconteceram depois do episódio permitiram o retorno da operação das instalações, mas não mudaram a política de isolamento da Termelétrica de Figueira (BRITO JR, 1999).

Em 1994 a Copel formou uma comissão que, após realizar estudos sobre a situação e desempenho da UTELF, decidiu pelo encerramento das atividades da usina. Para minimizar os transtornos sociais foram tomadas medidas como transferência de empregados, remanejamento de funções e programas de incentivo à aposentadoria de modo a evitar demissões. Houve a desmobilização da vila residencial mantida pela Copel e a escola que lá existia passou para a Prefeitura Municipal (BRITO JR, 1999).

Internamente as medidas garantiam que o processo de fechamento da Usina ocorresse sem maiores sobressaltos. No entanto, a população de Figueira não aceitou de maneira passiva esta decisão uma vez que a cidade, como um todo, estava ligada, direta ou indiretamente, à existência da Usina.

Além dos estabelecimentos comerciais, agências e correspondentes bancários o fim da Termelétrica de Figueira reduziria muito a extração de carvão, provocando demissões entre os trabalhadores da mineradora e afetando também o setor de transportes (IPARDES, 2003).

Como o encerramento das atividades da Usina acarretaria sérios prejuízos para a cidade, a população se articulou até formar a “Associação dos Defensores da Usina de Figueira” a fim de defender os interesses dos moradores locais e das cidades vizinhas (IPARDES, 2003). A organização popular mobilizou políticos influentes, ganhou destaque na mídia, mas não conseguiu reverter a decisão que parecia irrevogável já que os argumentos técnicos demonstravam que os custos

para produzir energia na Usina de Figueira eram um fundo perdido (BRITO JR, 1999).

No entanto, diante da reação articulada e formal da população, a COPEL e o governo do Estado Paraná precisaram reconhecer a legitimidade das reivindicações dos moradores e passaram a negociar com os cidadãos representantes dos interesses do município.

Surgiu, então, uma solução que resolveu o impasse: a Copel terceirizar os serviços de operação e manutenção da UTEFPA. No processo de licitação a empresa vencedora foi a Companhia Carbonífera do Cambuí que, pelo contrato, tem obrigatoriedade de geração mínima a cada ano, de reformar ou construir estruturas necessárias à produção de energia (pelo que a contratante reembolsa a Carbonífera) e a parte da COPEL é fiscalizar o cumprimento do contrato e o pagamento mensal pelos serviços prestados e investimentos realizados. Este contrato de cessão e uso da Usina Termelétrica de Figueira teve início em 1996 e vem sendo renovado a cada 10 anos (IPARDES, 2003).

Ao longo do tempo, a Companhia Carbonífera do Cambuí se expandiu, modernizou as técnicas de extração de carvão mineral e providenciou melhorias para diminuir o impacto ambiental da exploração o que, mesmo estando longe do ideal, é um quadro bem mais favorável do que enquanto a Usina era administrada pela COPEL. A empresa ampliou a área habitacional existente e formou outros conjuntos habitacionais a fim de acolher os trabalhadores e suas respectivas famílias (SANTOS; CASTRO, et al., 2004).

Desta forma, em torno da empresa e de seus ideais de lucro e expansão o município de Figueira veio se constituindo num ritmo lento, mas contínuo, porém, totalmente atrelado e dependente da existência da Companhia Carbonífera do Cambuí.

Embora a continuidade da termelétrica tenha ido ao encontro dos anseios da comunidade figueirense, o cenário não tem só pontos positivos. O fato de que em Figueira se estabeleceu um tipo de mercado onde há só um comprador para a matéria-prima produzida, dá à Carbonífera Cambuí força para, por exemplo, impor níveis salariais e diminuir preços de fornecedores exclusivos. Além disso, a dependência da cidade em relação à empresa foi acentuada e fora dos postos diretos e indiretos na extração de carvão, são poucas oportunidades de trabalho oferecidas, o que limita muito as expectativas de quem vive no município.

3. MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A HISTÓRIA DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA

A narrativa, permeada pelas memórias coletivas da comunidade sobre o município de Figueira, circula em espaços diferenciados daqueles que teriam a função de guardá-la ou reproduzi-la, ou seja, “se manifesta em múltiplos meios de comunicação e em diferentes linguagens e suportes, sem ser produzida, necessariamente, por historiadores de ofício” (SILVA, 2013, p.15-16).

É importante situar este aspecto porque os vestígios de passado que serão mobilizados neste trabalho, quase sempre, estão organizados dentro de um discurso que pretende ilustrar a extração carbonífera e o trabalho minerador como esteios de progresso e riqueza. Tal aspecto tem relação na forma como as representações se constituem no mundo social: embora queiram retratar valores ditos universais, carregam em si interesses.

As estruturas do mundo social são, portanto, historicamente produzidas por práticas sociais, políticas, discursivas que, articuladas, “constroem figuras” cujo trabalho de representação consiste em classificações e exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou espaço (CHARTIER, 1990, p.27).

A natureza documental das fontes históricas que compõem esta pesquisa demonstra o aspecto elucidado por Chartier uma vez que sob uma análise atenta fica claro que as representações tem a intenção de se construir e perpetrar determinadas memórias por parte de um grupo social dominante.

Assim, o *corpus* documental deste trabalho além de ter um caráter informativo é, como toda representação, uma recriação da realidade que, utilizada em sala por meio de experiências concretas, pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história e, principalmente, levar à compreensão da realidade atual do município de Figueira.

3.1 A REVOLUÇÃO DOCUMENTAL E OS DOCUMENTOS-MONUMENTOS

O conceito de fonte histórica se ampliou e se transformou significativamente com a chamada *Escola dos Annales*, a partir da década de 1930, paulatinamente

permitindo que, além do documento escrito, o documento ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra forma de vestígio pudesse receber o olhar do historiador aumentando e aprofundando, com isso, as perspectivas de análises da História (LE GOFF, 2003).

Com esta revolução documental, a história deixou de ser restrita aos grandes fatos e personagens típicos do pensamento positivista para abordar aspectos da vida social até então só estudados por ciências como Antropologia e Etnologia.

Neste contexto, o imaginário, as mentalidades e a vida privada passaram a compor o universo da História, oferecendo e agregando novas perspectivas e abordagens ao campo historiográfico.

Tais transformações também levaram o conceito de documento a passar por intensas críticas e reflexões. Sob o olhar de novos historiadores (LE GOFF, 2003) e com a importante contribuição de Michel Foucault (1987), o documento passou a ser entendido como monumento, ou seja, um rastro deixado pelo passado, construído intencionalmente pelos homens e pelas circunstâncias históricas das gerações anteriores (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.115).

Assim, à memória coletiva e sua forma científica, a História, aplicam-se dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. O monumento é uma herança que pode evocar o passado, perpetuar uma recordação e está ligado ao poder. O documento, com o seu caráter objetivo e testemunho escrito, é uma escolha feita pelo historiador (LE GOFF, 2003).

Partindo da afirmação de Paul Zumthor (*apud* LE GOFF, 2003, p.535) de que “o que transforma o documento em monumento é sua utilização pelo poder”, Le Goff vai além e afirma que todo documento é monumento uma vez que

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 535).

Sendo assim, o documento não é mais a encarnação da verdade, nem mesmo pode ser considerado simplesmente “verdadeiro” ou “falso” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.115), o que importa agora para o historiador é delinear as condições políticas da sua produção.

Nas abordagens atuais em que a história vem deixando de ser linear e progressiva, o documento não vale por si só; é fundamental perceber a sua relação com outros documentos e de que maneira ele está inserido no processo de sua produção social (CIAVATTA, 1992).

Assim, ao historiador cabe analisar as condições de produção do documento-monumento realizando sua desestruturação para tentar perceber os aspectos que envolvem e determinam a sua montagem.

Nesta operação, o profissional da área de história também faz seleções e ordena os discursos do passado segundo métodos e teorias do presente. Com isso deixa em temas, objetos e vestígios intervenções que falam muito a seu respeito e do lugar que ocupou nesse movimento ininterrupto de criar e recriar que constitui a sociedade atual. Sendo assim, a história se constitui de um discurso que os historiadores produzem a partir da seleção de fontes, escolha de métodos e teoria imersos em conflitos e lutas do presente (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.116).

Diante disto, a efetivação da ciência histórica, atualmente, passa pelo reconhecimento que em seu trabalho é necessário levar em consideração “uma série de mediações, desde o caráter do documento como monumento, até a compreensão da história como um discurso sobre o passado, política e culturalmente informado” (id, p.117).

3.2 O USO DE FONTES E DOCUMENTOS HISTÓRICOS EM SALA DE AULA

A reformulação a respeito de documentos e fontes históricas trazidas pelos *Annales*, além de ampliar os horizontes da pesquisa histórica, proporcionou à área de ensino de História possibilidade de trabalhar de forma concreta em vários conteúdos previstos pelo currículo escolar.

Neste tipo de utilização de fonte histórica em sala de aula o professor deve estar atento, porque embora os documentos e fontes tenham uma reconhecida carga afetiva e intelectual para o processo de ensino e aprendizagem, não se pode esperar que os alunos tenham condições a ler documentos históricos, separá-los em séries ou descrever suas regularidades como se fossem “pequenos historiadores” quando não ainda não têm condições intelectuais para tanto (BITTENCOURT, 2009, p.328 e PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.126).

A fonte histórica dentro do aprendizado demonstra didaticamente como a História pode trabalhar os vestígios para obter informações a respeito de um determinado grupo em um espaço-tempo.

É uma possibilidade ímpar de elucidar aos alunos a natureza e a especificidade da construção conhecimento histórico e das implicações que existem em um trabalho sujeito a fontes históricas disponíveis. Ao mesmo tempo que os conduz à apreciação do relato histórico, os ensina a ler as representações do passado impressas no vestígio (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.126).

O trabalho com fontes e documentos históricos em sala de aula pode, então, proporcionar condições para que o estudante perceba qualquer suporte de memória como uma construção do seu tempo com finalidade determinada. “Desconfiar” de uma fonte histórica não significa atestá-la como falsa e, sim, percebê-la como um monumento em ao longo de sucessivas gerações foi sendo classificada, ordenada e, conseqüentemente, ressignificada.

No município de Figueira, por exemplo, a prática de rememoração do passado, que impulsiona o presente, busca, de forma contínua, legitimidade nos tempos “gloriosos do desbravamento e pioneirismo” para justificar e manter a ordem social que permeia a atividade de extrativismo carbonífero na localidade.

As narrativas veiculadas nos espaços de memória lá existentes exaltam a figura e o trabalho dos mineiros com representações construídas em torno da heroicidade. Numa contemplação de um passado visto pela perspectiva do presente, a imaginação criadora constitui memórias compartilhadas como lugares de satisfação e nostalgia.

Em contrapartida aos discursos de valoração e glorificação do trabalhador e da principal carbonífera proferidos em instituições, eventos e publicações, a cidade enfrenta constante e maciça redução de postos de trabalho e estagnação econômica há, pelo menos, dez anos.

Para evidenciar as contradições entre o discurso e a realidade e proporcionar assim reflexões e posicionamentos a respeito do contexto atual do município de Figueira, o ideário de progresso e riqueza em torno da exploração de carvão será identificado e trabalhado a partir de vestígios históricos como fontes materiais (objetos, ferramentas, monumentos utensílios utilizados nas minas de carvão), imagéticas (fotografias, desenhos, documentários sobre a exploração

carbonífera), escritas (registros, documentos impressos) e orais (depoimentos e entrevistas de trabalhadores das minas em diferentes momentos).

As fontes mencionadas serão utilizadas como mediadores culturais em procedimentos metodológicos desenvolvidos para que alunos das séries finais do Ensino Fundamental II percebam alguns dos impactos sociais e ambientais decorrentes da extração carbonífera que são silenciados para perenizar as relações de exploração do trabalho e da natureza.

Construindo, então conhecimento histórico a partir das vivências e experiências dos alunos sob o aspecto concreto das fontes históricas, espera-se não só desenvolver a aprendizagem significativa, mas, também, ressignificar o olhar e a percepção dos estudantes sobre os lugares, discursos e monumentos que fazem parte do seu dia-a-dia.

Antes de apresentarmos proposições para o trabalho escolar, buscamos identificar e analisar os dois principais conjuntos de fontes que dão sustentação à pesquisa sobre identidade e memória de Figueira: as fotografias dos acervos da Carbonífera do Cambuí, do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira pela carbonífera e o Monumento ao Mineiro.

3.3 O MONUMENTO AO MINEIRO DE FIGUEIRA: MEMÓRIAS OFICIAIS E MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS.

A relação do homem com um lugar se constitui a partir das experiências vivenciadas no espaço. As afetividades, o pertencimento, as identidades que se formam em variados processos se expressam fisicamente nos hábitos, nos costumes e em outros aspectos culturais, são constantemente rememorados na intenção de perpetuar ideários.

Os lugares de memória, por exemplo, guardam fragmentos do passado (NORA, 1993) e são investidos de valores simbólicos cujo discurso perpetua uma determinada noção que é reproduzida por meio de relações concretas entre o passado, o espaço vivido e as memórias de quem o vive.

Um monumento, por exemplo, retrata uma memória mediada pela afetividade e, por isso, traz em si a simbologia de uma fração de passado selecionada com o objetivo de constituir ou manter a identidade de um grupo ou comunidade (CHOAY, 2001).

O monumento comemorativo, por sua vez, tem ainda a intencionalidade bem marcada e acaba por transparecer, também, posicionamentos políticos e culturais que assinalam os cunhos ideológicos presentes na memória retratada.

Assim, ao pensar sobre as condições de produção de monumento e sua utilização como instrumento de poder, é possível detectar quais relações e forças estão no seu entorno uma vez que “monumentos são criações marcadas social e historicamente; testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar” (FREIRE, 1997, p. 95).

O município de Figueira se constituiu a partir da exploração carbonífera na década de 1940 e, desde então, as forças dominantes procuram construir um imaginário que conjuga carvão e progresso que em nome do desenvolvimento, legitima toda forma de exploração e degradação ambiental que se vincula à extração do carvão mineral.

Para ilustrar este esquema identitário que tem na atividade carbonífera seu ponto de apoio, voltamos ao dia 04 de dezembro de 2012, feriado em Figueira por ocasião do Dia do Mineiro e também em homenagem à padroeira Santa Bárbara, quando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração do Carvão do Estado do Paraná (STIEC) com o apoio da Prefeitura Municipal e da Carbonífera do Cambuí, inaugurou no trevo localizado na região central do município uma estátua em homenagem ao Trabalhador Mineiro.

O evento contou com presença de autoridades municipais e também com representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná (FETIEP) e da Carbonífera do Cambuí, além da população da cidade.

Muito além das questões comemorativas inerentes ao evento, um olhar mais atento às narrativas e simbologias evidenciados no episódio demonstram uma estratégia discursiva que é quase um senso comum na comunidade figueirense: descrever os mineiros de outrora como homens destemidos, que enfrentaram a escuridão nas entranhas da terra para arrancar o carvão, prover suas famílias e, com isso, trouxeram o progresso para a região.

Esta concepção tem raízes na forma como a extração carbonífera foi se instituindo em Figueira e no longo tempo que foi necessário para que as técnicas de exploração e beneficiamento fossem modernizadas.

Entre as décadas de 1940 e 1980, o trabalho consistia em descer ao subterrâneo e, por meio da força bruta, extrair carvão do subsolo ou empurrar

vagonetes cheios de carvão mina acima por galerias sinuosas, correndo o risco de ser prensado entre veículos ou, ainda, fazer o madeiramento de escora das minas para evitar desabamentos. Fossem estas atividades ou outras derivadas delas, os trabalhadores das minas ficavam expostos a condições demasiadamente insalubres, aspiravam poeira tóxica, tinham jornadas extenuantes e estavam sujeitos a acidentes graves e muitas vezes fatais.

Mesmo sobrevivendo à exposição diária ao perigo, a saúde e o corpo destes trabalhadores eram imensamente maltratados e eles carregavam sequelas do tempo passado nos subterrâneos. Eckert (1985), antropóloga que pesquisou a vida e o cotidiano dos mineiros do carvão no Brasil e na França, observa que

[...] o mineiro atua sobre a natureza, modificando-a. Ao mesmo tempo, é modificado por ela, pois em função do caráter difícil e perigoso do seu trabalho, seu corpo sofre uma deterioração precoce (ECKERT, 1985, p. 11)

Ainda que, na atualidade, o processo de extração do carvão mineral seja mecanizado, os riscos tenham sido consideravelmente reduzidos e as condições de trabalho melhorado em relação ao passado, a identidade mineira cultivada na cidade continua assentada em discursos e memórias que retratam os mineiros do passado como, aqueles “que – verdadeiramente - enfrentaram os perigos da profissão” quando ela era realizada com técnicas e instrumentos rudimentares.

Como aponta Speranza (2009), que estudou a luta por direitos do trabalhador das minas de carvão no Rio Grande do Sul entre os anos de 1940 e 1950, a representação do mineiro

[...] geralmente se materializa num quadro pintado com as cores da coesão grupal, da coragem, da politização, do sacrifício, da força, da solidariedade, da masculinidade, da religiosidade e da tradição familiar [...] que acaba por [...] constituir um padrão de comportamento social homogeneizado e sem espaço para ambiguidades e divisões (SPERANZA, 2009, p. 77).

Demonstrando esta perspectiva, os trabalhadores estão representados no monumento inaugurado em dezembro de 2012 no município de Figueira, em uma estátua que, em tamanho natural, traz a figura de um mineiro robusto, sem camisa, sorrindo levemente, manejando seu principal instrumento de trabalho - a picareta - sobre um pedestal de granito negro simbolizando o carvão.

Fotografia 1 – Monumento ao Mineiro de Carvão em Figueira/PR



Fonte Arquivo Pessoal, 2019

Fotografia 2 – Detalhe frontal Monumento ao Mineiro



Fonte ESCULTOR CHARRY, 2012

A peça de bronze com cerca de 800 kg é uma obra encomendada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira, com o patrocínio da Carbonífera do Cambuí e da Prefeitura Municipal de Figueira ao escultor autodidata, Ladislau Chary Filho estabelecido na cidade de Carambeí, interior do Paraná.

Na representação tem-se o caráter impessoal e coletivo da classe operária que, por não ter meios individuais de figurar poder ou prestígio, para ter seu

papel ilustrado na atividade que é a base do desenvolvimento daquela região, precisa ser caracterizada por seus trajes e instrumentos.

Assim, a forma escolhida para homenagear e enaltecer a trajetória dos que passaram e reconhecer a importância dos que exercem o ofício no presente, foi representar a multidão de mineiros que esteve (ou está) envolvida com a atividade da extração de

Fotografia 3 – Detalhe Monumento ao Mineiro



Fonte: ESCULTOR CHARRY, 2012

carvão na região de Figueira na estátua de um mineiro no auge do vigor físico, figurado como um herói do trabalho, que produz incansavelmente para as carboníferas e reitera um discurso memorialista que demonstra por um lado a

[...] relação particular que os membros de um grupo considerado mantêm com a representação que eles fazem da memória desse grupo, e de outro, esse discurso pode ter efeitos performativos sobre essa memória, pois retomado por outros membros, esse discurso pode reuni-los em um sentimento de que a memória coletiva existe e, por esse mesmo movimento, conferir um fundamento realista a esse sentimento (CANDAU, 2011, p. 34).

Essa aparente “petrificação” da memória e identidade em relação ao ofício do mineiro está apoiada na fragmentação de memórias organizadoras, selecionadas a partir discursos direcionados, de cunho memorialista que tornam o mineiro (de outrora) uma representação social ao atribuir significados diversos ao ofício (herói, desbravador, sobrevivente), se (auto) identificar como grupo social (com hábitos,

costumes, referências comuns e de caráter distintivo) e que é retratado, entendido, perpetuado segundo as ideologias dominantes, interesses e percepções dos atores sociais daquela localidade.

Os relatos dos mais velhos e seus descendentes, as exposições memorialistas organizadas nas escolas, a narrativa histórica da cidade publicada em 2004, os discursos públicos em eventos cívicos são exemplos de momentos e espaços em que a memória evocada, a descendência enaltecida é a lembrança e trajetória dos mineiros de outrora.

Outro exemplo marcante deste aspecto são os depoimentos dos únicos dois mineiros que foram entrevistados para o documentário “Figueira na História da Mineração do Paraná”, os senhores Gabaldo da Silva Magalhães e João Maria Ferreira. Estes trabalhadores, hoje aposentados, exerceram suas funções na Carbonífera do Cambuí entre os anos de 50 e 80 e rememoram alguns aspectos de quando baixavam à mina:

[...] mecânica não tinha nada! Era tudo na “pazinha” mesmo, vagonete empurrado naquele tipo! Aí tinha um lugar [o ponto onde era determinado para a extração], tinha que mergulhar [entrar no subsolo] pelo resto do dia e era pesado para sair...tinha que ter ajudante de vagoneteiro para empurrar na subida e não tinha ajudante que aguentasse né? Porque o caboclo chegava aqui tinha que voltar correndo que tinha outro esperando ele (MAGALHÃES, 2012).

...e tinha que produzir... aquele tempo tinha que produzir.. Não adiantava. Hoje não, hoje é uma beleza porque o pessoal vai modernizando tudo eles entra limpinho e sai limpinho .. no tempo da gente não...a gente saía preto de carvão mesmo! [...] Naquele tempo da gente, trazia vagonete de carvão, colocando no elevador e saía prá fora, depois passou para o “cabo sem fim”, foram lá pro Sul e trouxeram, “cabo sem fim”: daí o mineiro largava uma meta , engatava e o cabo de aço trazia e foi mudando...agora hoje não...hoje trabalha com as máquinas....as calhas trazem o carvão na correia e leva pra fora (FERREIRA, 2012).

Assim, enquanto o mineiro atual é entendido como um operador de máquinas, uma peça que pode ser facilmente substituída porque é fácil encontrar outro com a mesma qualificação, o mineiro de antigamente, ao contrário, era um profissional com saber e experiência valorizados que, no discurso do presente - pretensamente pautado pela memória - tem no trabalho braçal, nas dificuldades e perigos do ofício símbolos de honra e elementos identitários.

Diante disso, é possível perceber um caráter seletivo nesta memória local, ou seja, que existe uma escolha – consciente ou não – do que deve ser lembrado e do que é necessário esquecer ou, pelo menos, ser omitido.

Quando a trajetória dos mineiros em Figueira é revestida de bravura e reconhecimento deixando de lado as reais e nefastas condições do exercício da profissão, as ideologias do trabalho e do progresso garantem que a exploração carbonífera siga seu curso.

Como Le Goff (2003, p.410) afirma “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”. Tanto é assim que existem disputas em torno do que deve ser lembrado ou esquecido e, por isso, “[...] a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003, p. 470).

Os históricos, dados e números que justificam a mineração são fartamente encontrados na imprensa e em produções institucionais como relatórios e estudos de caso encomendados por órgãos governamentais. O progresso se justifica na ausência ou na produção tendenciosa de dados e números relacionados a questões sociais, trabalhistas e, principalmente, ambientais.

A indústria carbonífera de Figueira desde sempre é sustentada pela ideologia da exploração do carvão como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Esta perspectiva faz parte do imaginário dos trabalhadores, dos empresários do setor e da população em geral, mas o fato é que a mineração de carvão só continua presente naquela região em virtude de uma estrutura econômica que produz meios de legitimar esta atividade extrativista apesar dos seus terríveis impactos sociais e ambientais.

Mesmo hoje com a legislação ambiental que ameniza alguns dos problemas causados pelo carvão à natureza; com a mecanização da produção nas minas que aliviou o desgaste físico do mineiro, a implantação de rotinas e equipamentos de segurança, a insalubridade da extração carbonífera não foi eliminada.

Sob esta perspectiva, esta pesquisa utiliza como fontes históricas para o trabalho historiográfico em sala de aula além do Monumento ao Mineiro edificado no em 2012, coleções fotográficas com registros da exploração carbonífera em Figueira entre as datas de 1940 e 1980

A partir das informações levantadas e levando em consideração o que foi visto a respeito do ambiente histórico de produção das imagens, dos locais retratados e do monumento, pretende-se alcançar e trazer à tona os aspectos implícitos que são fundamentais para compreender como a lógica da exploração permanece e se perpetua na localidade estudada.

3.4 FOTOGRAFIAS, LINGUAGEM E MEMÓRIA

A fotografia quando foi inventada no início do século XVIII, trazia consigo a condição de força comprobatória do relato uma vez que era um “retrato fidedigno” do passado.

Como a modernização da imprensa e todos os avanços tecnológicos decorridos desde o seu surgimento, houve uma ampliação imensurável do catálogo de imagens a ponto de a história ser “redefinida pelo estatuto técnico próprio ao dispositivo da representação: a câmara fotográfica”. Neste novo tipo de escrita da história o local que produz as imagens e quem fotografa, passam a dividir com os historiadores de ofício e as academias literárias a tarefa de construir o ideário de nação e instituir os lugares de memória (cf. CIAVATTA, 2002, p. 8).

A utilização da imagem como um suporte de memória também está entre os avanços trazidos pela revolução historiográfica proposta pelos Annales que permitiu noções mais abrangentes de fontes históricas e a aceitação de posturas interdisciplinares que possibilitam ao historiador analisar fontes visuais a partir de conceitos da Sociologia e Antropologia (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 401-402).

Sob esta perspectiva, toda fotografia, para a História, é produto de uma técnica de captura e, portanto, não pode ser pensada como um registro desumanizado. Por trás do dispositivo fotográfico, há um produtor (o fotógrafo) que seleciona um tema, o enquadra e constrói uma composição (KOSSOY, 2001, p.41)

Sendo assim, uma fotografia sempre corresponde a um recorte de espaço e de tempo que, por seu caráter fragmentário semelhante à memória, torna possível estabelecer pontos de análise, reflexão e interpretação por trazer resquícios do passado que permitem a reconstrução de parte significativa de um fato, momento ou aspecto selecionado.

Uma imagem reproduzida por meio da técnica fotográfica pode ser considerada, então, um suporte de memória e, como tal, produtora de discursos e,

também, um artefato que diz muito a respeito de um grupo social já que a produção e a guarda de um *corpus* documental fotográfico também tem relação direta com a necessidade do que e de quem deve ser lembrado.

Candau (2011) afirma que as imagens fotográficas permitem aos sujeitos verem partes do seu passado representadas e organizadas em narrativas que traduzem interesses próprios ou não:

Entre as várias razões que se conhecem para o sucesso da prática da fotografia em todos os meios sociais está certamente a maneira cômoda com a qual essa arte moderna, que é uma “arte da memória”, permite representar materialmente o tempo passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem. Mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum, o sujeito faz da fotografia o ‘suporte de uma narrativa possível’ dele próprio ou de sua família (CANDAU, 2011, p.90).

Além de trazer informações sobre o passado a fotografia é força ativa na construção e consolidação da memória coletiva e também um instrumento de poder por meio de seleções que fazem lembrar e/ou esquecer.

A fotografia pode, assim, servir à identidade social dentro do processo de construção e manutenção de uma memória coletiva compartilhada por um grupo:

É provável que a invenção da fotografia tenha favorecido a construção e manutenção da memória de certos dados factuais – acontecimentos históricos, catástrofes, mas também fatos familiares, oferecendo, simultaneamente, a possibilidade de manipulação dessa memória. De uma maneira geral, todos os traços que têm por vocação “fixar” o passado (lugares, escritos, comemorações, monumentos etc.) contribuem para a manutenção e transmissão da lembrança de “passados formalizados”, que vão limitar as possibilidades de interpretação do passado e que, por essa razão, podem ser constitutivos de uma memória “educada”, ou mesmo “institucional”, e, portanto, compartilhada.[...] (CANDAU, 2011, p.117-118).

Mesmo limitando a interpretação do que está além do quadro da imagem, a fotografia pode oferecer informações sobre acontecimentos ou fatos que, a partir de um longo e intenso trabalho de reconstrução histórica, venham a revelar aspectos que não foram dados ao olhar.

Fotografias que se destinam a servir de documento tem a pretensão de fabricar o real, de ser o reflexo do mundo como um espelho. No entanto, ela não é o real e nem sua representação mas, sim, um seleção que melhor atende às intenções do fotógrafo e que também guarda relações com quem solicitou o registou e com o fotografado – que nem sempre é a mesma pessoa (ROUILLÉ, 2009, p.71).

Diante de tantos aspectos que permeiam a produção de registros fotográficos o conceito de documento-monumento é uma chave de leitura que possibilita ao historiador compreender a fotografia enquanto tentativa de criar a realidade de um instante acontecido e registrado como se fosse a montagem de uma memória.

Entendida como monumento, a fotografia impõe ao historiador uma avaliação que ultrapasse o âmbito do descritivo. Nesse caso, ela é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 407).

Assim ao analisar fotografias o historiador não deve ficar restrito aos motivos icônicos ou aos aspectos formais de uma foto. É preciso questionar e escrever a história a partir dos indícios que a fotografia permite visualizar e, principalmente, perceber o que foto oculta em de abusos de memória.

Sob esta perspectiva, esta pesquisa utiliza entre outras fontes históricas para o trabalho historiográfico em sala de aula, coleções fotográficas com registros da exploração carbonífera em Figueira entre as datas de 1940 e 1980.

Espera-se, principalmente, evidenciar as contradições entre o discurso glorificador e paternalista que valoriza o trabalhador e vincula a produção de carvão mineral ao progresso e a realidade atual do município onde impera estagnação econômica, a degradação ambiental e a falta de investimentos em setores essenciais para a população.

3.4.1 A utilização da fotografia em sala de aula

A fotografia desde sua criação foi utilizada por diferentes correntes ideológicas como instrumento de disseminação de ideias e de manipulação e controle da opinião pública. Principalmente junto às massas, a imagem fotográfica, durante muito tempo, foi a retratação do real e sua credibilidade foi amplamente explorada em áreas como a propaganda política ou na propagação de valores, conceitos e padrões sociais (KOSSOY, 2002).

A fotografia em sala de aula é uma aliada poderosa para os estudos históricos tanto pelo seu caráter ilustrativo como por trabalhar elementos visuais muito próximos dos referenciais dos alunos.

Nos tempos midiáticos que estamos vivendo manipular imagens com recursos tecnológicos para exibir, evidenciar ou esconder determinados aspectos é,

praticamente, um conhecimento elementar principalmente entre os mais jovens. Diante disso, é possível conduzir em sala de aula uma discussão importante sobre como qualquer imagem é passível de manipulação e que, para que seja possível entendê-la ou interpretá-la de fato, é preciso compreender o contexto em que foi produzida, ou seja, qual a relação que pode ser estabelecida entre o tempo e espaço que uma imagem traz. Esta informação altera e amplia o conteúdo do que foi retratado (LEITE, 1993, p. 96).

Além do contexto, os alunos também precisam ser levados a perceber outros aspectos que compõem a imagem retratada como cenários, enquadramentos, destaques e omissões. A fotografia deve servir ao estudo histórico em sala de aula como um ponto de partida para o resgate ou (re)construção de fragmentos de fatos que se passaram nas sociedades retratadas.

Para acessar os elementos explícitos e implícitos da imagem é preciso, portanto, que o olhar analítico sobre a fotografia esteja direcionado a partir da contextualização histórica, social e, sempre que possível, dialogando com outras fontes históricas para que assim sejam mais inteligíveis a trama em que o retrato está inserido, os interesses que o cercam, a ideia que pretende consolidar e a memória que deseja construir (KOSSOY, 2002, p.22).

A partir da contextualização é possível estabelecer o que a imagem fotográfica traz de mensagem direta (o que está sendo transmitido de forma exata) e de mensagem indireta (o que fica implícito no cenário). Tratam-se das realidades da fotografia: de um lado tem-se a realidade da representação, o momento em que a imagem foi elaborada e, do outro, está a realidade objetiva que exprime o contexto de sua produção. Estas realidades nem sempre são complementares e podem, inclusive, entrar em contradição quando comparadas (KOSSOY, 2002).

A decifração de imagens por meio de múltiplas leituras traz aos olhos do leitor as relações que se escondem na trama fotográfica. Este tipo de interpretação é imensamente profícuo ao ensino e à aprendizagem de História uma vez que os alunos deixam de entender a fotografia como um testemunho pronto e acabado do passado e ressignificam os elementos que compõem as imagens.

Ao analisar uma imagem, o sujeito parte de um repertório próprio construído a partir do seu referencial socioeconômico e dos filtros culturais e ideológicos que possui. Estes saberes se articulam, dialogam, se reorganizam no exercício de

explicar uma imagem fotográfica de outra época ou com referenciais diferentes promovendo reflexão, crítica e desenvolvendo, assim, o pensamento histórico.

Trabalhar, então, com estes aspectos polissêmicos da fotografia é um recurso valioso não só para as aulas de História, mas, principalmente, para o indivíduo aprender a ler o entorno e agir em sua realidade.

Pensando assim, a partir das informações levantadas e considerando o que foi investigado a respeito do ambiente histórico de produção das imagens que compõem o corpus documental que embasa esta pesquisa e dos locais retratados, pretende-se alcançar e trazer à tona os aspectos implícitos que são fundamentais para compreender como a lógica da exploração permanece e se perpetua na localidade estudada.

3.4.2 Fotografias do trabalho mineiro em Figueira

Uma possibilidade de trabalho historiográfico com fotografias é constituir o que Meneses define como “iconosfera”, ou seja, selecionar um “conjunto de imagens-guia de um grupo social ou sociedade num dado momento e que contêm referências recorrentes, catalisadoras e identitárias de uma comunidade social” (MENESES, 2005, p. 35).

Os álbuns fotográficos são exemplos de séries que apresentam uma narrativa construída que fornece informações valiosas sobre o contexto de produção e os sentidos (que deveriam ser) atribuídos às fotografias dentro da sequência lógica ou cronológica estabelecida na coleção.

Ana Maria Mauad, referência na utilização de imagens fotográficas para pesquisa histórica, propõe a construção de séries como metodologia de análise:

[...] a fotografia – para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar. Nesse sentido, o *corpus* fotográfico pode ser organizado em função de um tema, tais como a morte, a criança, o casamento etc., ou em função das diferentes agências de produção da imagem que competem nos processos de produção de sentido social, entre as quais a família, o Estado, a imprensa e a publicidade (MAUAD, 1996, p. 82).

A série de imagens fotográficas aqui selecionadas tem relação com extração de carvão mineral no município de Figueira entre os anos de 1940 e 1986.

A maioria das fotografias das décadas de 1940 a 1960 estão organizadas em dois álbuns que pertencem ao arquivo da diretoria executiva da Companhia Carbonífera do Cambuí. Outras fotos da mesma época também pertencem ao arquivo, giram em torno das mesmas temáticas, mas não estão organizadas em álbuns e têm como indicação apenas ligeiras anotações ou a marca do filme trazendo o ano em que foram tiradas.

A organização de registros fotográficos em uma empresa, quase sempre, corrobora para forjar a memória da instituição (fundação, desenvolvimento, modernização, expansão etc.) e, também, construir e manter a identidade do trabalhador operário sob a visão do patrão.

Possami (2005) afirma que uma narrativa visual representa as seleções feitas por um ou mais sujeitos sociais de acordo com suas visões de mundo:

[...] o álbum fotográfico configura uma seleção de determinadas imagens, entre tantas outras vistas por aquele que o elaborou, e, dessa forma, implica sempre um determinado olhar. Esse viés não é ingênuo ou aleatório, pois segue critérios, ideias ou intenções, pautadas, por sua vez, pelo imaginário social da época em que foi produzido. Assim como a imagem fotográfica é elaborada pelo seu autor, o fotógrafo, de acordo com sua visão de mundo e conforme as concepções de toda ordem que o norteiam, da mesma maneira opera-se com a reunião de imagens selecionadas pelo autor do álbum. [...] Assim, o imaginário social interfere tanto na criação das imagens fotográficas, como na concepção da coleção que resultou no álbum fotográfico (POSSAMAI, 2005, p.138).

Atestando a fala do autor acima citado os álbuns fotográficos da Carbonífera do Cambuí contêm uma narrativa construída na busca por consolidar/comprovar com as imagens a trajetória de progresso, planejamento, eficiência e satisfação por parte dos empregados para com o trabalho e a empresa.

Os dois álbuns estudados têm formato retangular com as dimensões de 25 cm de altura e 35 cm de largura; capa de papelão texturizado sem título ou indicação de conteúdo. Possuem 25 páginas de papel cartão cinza, com entrefolhamento de papel manteiga, amarelecidas pelo tempo e pela conservação inadequada. Nem todas as páginas estão preenchidas com fotos o que sugere que ele foi sendo construído ao longo de um período, explicando assim, o fato de haver imagens de anos diferentes compondo uma mesma página. Não há registros ou informações a respeito de quem produziu os álbuns, mas presume-se pelas datas elencadas e pelos fatos abordados nas indicações, que os mesmos tenham sido organizados entre o final da década de 1960 e início dos anos de 1970.

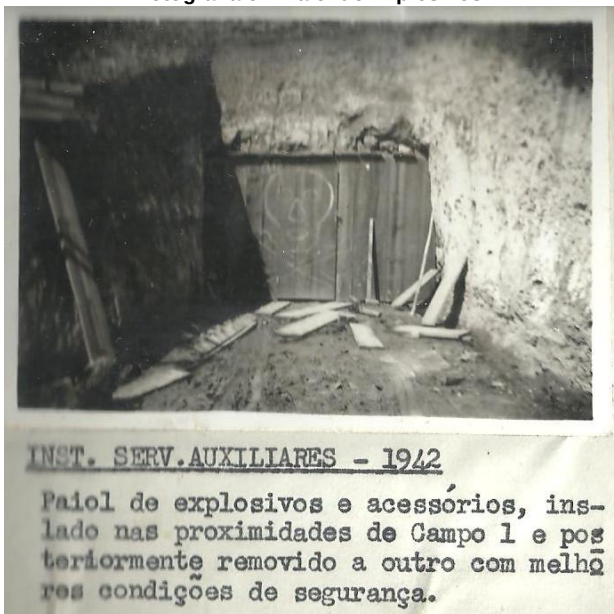
Os álbuns pretendem contar, em uma narrativa visual com sentido linear e evolutivo, o caminho que a empresa teve que percorrer entre dificuldades e superações para se estabelecer e se tornar o esteio econômico de Figueira.

O discurso glorificador do pioneirismo e desbravamento permeia as indicações das fotos e a

figura do mineiro, quando aparece, está sempre em segundo plano dando a vez para as instalações construídas, a quantidade de minério extraído, o tipo de ferramentas ou de técnica utilizada.

Tirando o perigo no armazenamento precário dos explosivos ou da exposição do minério extraído a céu aberto por não haver transporte adequado, as imagens não demonstram a insalubridade e as dificuldades enfrentadas pelos mineiros. Nos

Fotografia 5 – Paiol de Explosivos



Fonte:.. Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1942

O outro álbum tem a temática “serviços de mineração” e consiste de registros sobre o tipo de trabalho que era realizado em superfície.

Cada foto que compõe os álbuns traz uma indicação detalhada do que está sendo retratado e, em alguns momentos, demonstra um tom de denúncia ou

Fotografia 4 – Entrada da Mina



Fonte:.. Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1943

álbuns não há registros do trabalho no interior das minas e o foco está nas transformações e desenvolvimento trazidos pela Carbonífera na superfície da localidade como as benfeitorias (pontes, viaduto, estradas, ferrovia, habitações).

Um dos álbuns tem como tema “instalações” e se refere às construções, obras e modificações realizadas pela Carbonífera do Cambuí para possibilitar a extração e beneficiamento de carvão.

desagrado em relação à estrutura ou ao descaso do governo para com a atividade carbonífera.

O álbum “Instalações” procura demonstrar a evolução da Carbonífera do Cambuí por meio das construções, modificações territoriais e benfeitorias realizadas em terrenos próximos às jazidas entre as décadas de 1940 e 1960.

As fotografias são bem limitadas em relação à nitidez devido à técnica e equipamentos utilizados na época dos registros, ainda assim, é possível visualizar montes de carvão armazenados a céu aberto em combustão indicando que, mesmo ainda sendo baixa, a produção não totalmente utilizada.

As indicações feitas nas imagens descrevem a precariedade das primeiras instalações entre 1940 e 1942. Elas foram sendo construídas simultaneamente à exploração carbonífera que, neste período, era realizada graças a equipamentos e mão de obra terceirizados fornecidos pela Empreiteira Camargo e Correia uma vez que a Carbonífera do Cambuí ainda não possuía tais recursos.

As fotografias demonstram também o quanto a exploração madeireira era essencial para a extração carbonífera. Da madeira eram as vigas de escoramento das minas, os trilhos onde corriam os vagonetes que subiam a produção do subterrâneo e o material para todas as construções necessárias à produção e alojamento dos empregados. Assim, a intensificação da exploração do subsolo significava também o desmatamento agressivo daquela região.

Algumas imagens retratam o beneficiamento do carvão (despiritagem). Esta preocupação com a separação e classificação do carvão segundo a sua qualidade,

Fotografia 6 – Primeiras galerias

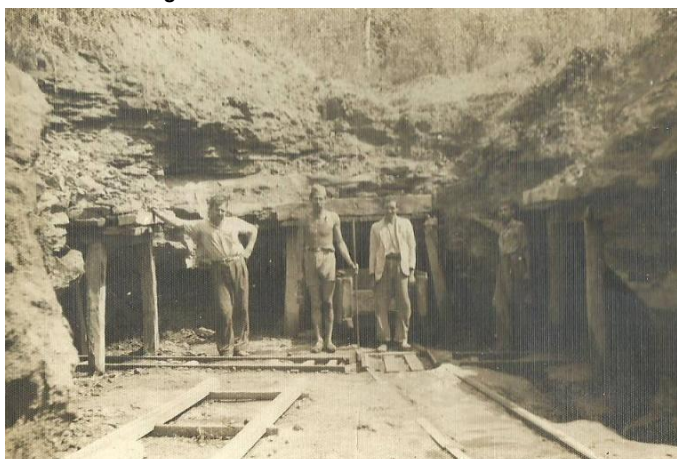


INST. DE SERV. AUXILIARES - 1943

A abertura das primeiras galerias mestras no Campo 1, pelo seu pe direito, utilizou, de início, vagonetas de ferro, basculantes, de propriedade do Empreit. Camargo Correia.

Fonte.: Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1943

Fotografia 7 – Escoras e trilhos de madeira



Fonte: Acervo: Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira, década de 1940.

bem como com o aproveitamento do máximo possível do rejeito revela uma diversificação na venda e utilização do carvão mineral. Isto somado à visível ampliação das estruturas e instalações demonstradas nas imagens entre 1944 e 1945 também sugere o crescimento e consolidação da Carbonífera do Cambuí no ramo.

Como abordado anteriormente neste trabalho, nos períodos das guerras mundiais em que o carvão inglês não podia ser importado, a atividade carbonífera nacional ganhava impulso e incentivos governamentais.

O álbum traz fotografias de 1944 de episódios inseridos neste contexto: caminhões cedidos pelo Exército vêm prestar auxílio no transporte do carvão visto que o escoamento da produção era uma das maiores fragilidades da atividade carbonífera e o combustível precisava chegar a seus estinos impreterivelmente.

Diante da demanda em 1944 as duas frentes (Campo 1 e Campo 2) produzem continuamente e, para facilitar o depósito e beneficiamento do carvão, foram interligadas por um viaduto que desembocava

Fotografia 8 – Esforço de Guerra



Fonte: Acervo Carbonífera Cambuí, 1944

Fotografia 9 – Bancas Receptoras



Fonte: Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1944.

numa rede de recepção.

O ritmo de produção acentuado, no entanto, não tem respaldo logístico e a malha ferroviária precária não dá conta de escoar o carvão extraído que se acumula nas bancas.

O álbum traz imagens com indicações em tom de crítica descrevendo como apesar da morosidade do escoamento a

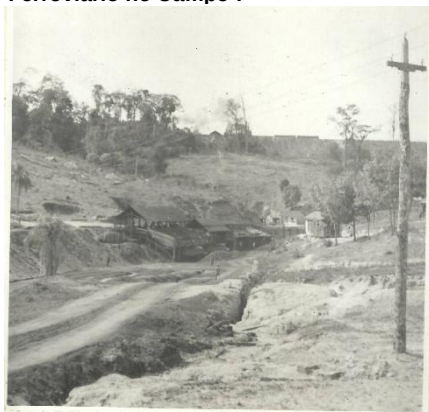
mineração não é interrompida e a produção do dia anterior é simplesmente descartada a céu aberto.

Tal prática era feita em áreas de grande circulação de pessoas, trazendo sérios riscos como incêndios, contaminação do solo, da água, formação de poeira tóxica e, no entanto, era bastante comum ver carvão amontoado junto às ruas de acesso à vila operária até se consumir por combustão espontânea ou por ação do clima (temperatura e umidade). Imagens de 1945 ainda têm na indicação críticas à logística de transporte ineficiente que desperdiça carvão extraído e compromete o planejamento da produção.

Fotografia 10 – Depósito de carvão a céu aberto

Numa sequência de fotos de 1948 são retratados depósitos de carvão abarrotados junto aos trilhos de um dos ramais da RVPSC (Rede de Viação Paraná Santa Catarina) que, por falta de investimento na malha ferroviária destinada

Fotografia 11 - Obras ide Ramal Ferroviário no Campo !



INST. SERV. AUXILIARES - 1948

Explanada do Campo I, vendo-se no espigão, uma composição da RVPSC junto ao embarcadouro da CCG. Aquela ramal ferroviário, iniciado no Governo de W. Braz, ao tempo da 1ª. Grande Guerra, em 1917, objetivando garantir o fornecimento de combustível sólido, viu terminar a 2ª. Guerra Mundial ainda sem atingir sua finalidade principal, somente alcançada em 1948. Em 1943 a iniciativa privada, sem esperar a chegada dos trilhos a zona carbonífera deu início aos trabalhos de lavra, transportando o carvão produzido, durante 5 anos, na distância de 13 K, através dos mais precários meios, todos particulares.

Fonte: Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1948.



INST. DE SERV. AUXILIARES - 1945

Depósito de carvão da CCG, em Eusebio de Oliveira, - RVPSC - acumulado por falta de transporte ferroviário e que veio a queimar-se, em grande parte, por combustão espontânea.

Fonte: Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1943.

a suprir a demanda carbonífera

, não conseguia escoar a produção e esta, sob ação do tempo e do clima, se esvaía em combustão espontânea.

Ainda em 1948 imagens têm indicações denunciando o desinteresse estatal em viabilizar a logística de transporte da produção do carvão. Estas fotografias retratam o ramal ferroviário que seria essencial à produção da Cambuí cuja construção havia sido iniciada em 1917 e concluída - parcialmente - apenas em 1948. Diante disso, as indicações esclarecem que a Carbonífera utilizou recursos e esforços próprios para, apesar do descaso governamental, viabilizar o trabalho de lavra do carvão tornando-se responsável por mais de 60% da produção nacional.

Uma das evidências de que este álbum foi sendo montado ao longo de um período está na série de fotos que datam de 1965 e ocupam algumas das páginas que estavam em branco dentro da narrativa ambientada na década de 1940.

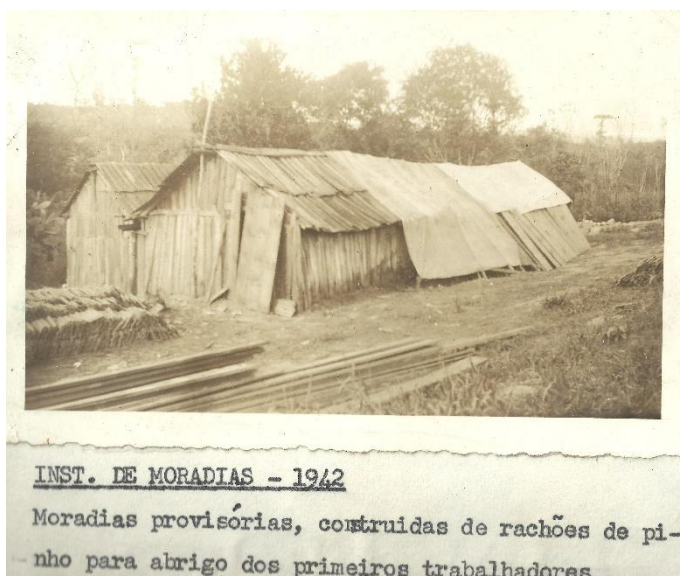
Uma planta baixa retrata as várias estruturas que irão compor a nova praça de beneficiamento mecanizada. O processo de mecanização veio a se acentuar a partir da década de 1960. A solidez e a grandeza das estruturas nas fotos contrastam com o aspecto rústico das instalações da década de 1940.

A discrepância não é só explicada pelo intervalo de vinte anos e a óbvia evolução das atividades extrativistas. O momento das fotos, 1965, retrata os efeitos dos incentivos do Plano Nacional do Carvão que determinou a construção da Usina Termelétrica de Figueira (UTELFA S/A).

A partir da inauguração da UTELFA em 1963, praticamente toda produção da Carbonífera Cambuí passou a ter finalidade certa. Isto aumentou a demanda que havia caído consideravelmente no pós-guerra e permitiu investimentos na mecanização da produção inserindo estruturas como elevadores, esteiras e o próprio lavador de carvão retratado na sequência inserida fora de ordem cronológica no álbum.

Depois das fotos da década de 1960, o álbum volta a trazer registros da

Fotografia 12 – Primeiras moradias dos trabalhadores



Fonte: Acervo: Carbonífera do Cambuí, 1942.

a trabalhadores terceirizados contratados pela empreiteira Camargo Correia.

A próxima sequência de fotos, ainda em 1942 já retrata vilas operárias que cediam moradias aos trabalhadores pela Carbonífera do Cambuí.

década de 1940. Ainda no quesito “instalações” vê-se nas imagens das primeiras moradias construídas no início da exploração do carvão na jazida Cambuí.

As fotografias das primeiras moradias de trabalhadores datam de 1942 e mostram abrigos precários, feitos de sobras de madeira, barracas de campanha. As indicações frisam que são de caráter provisório e que pertencem

Estas vilas eram constituídas de casas simples, feitas de madeira com formato e dimensões iguais, perfiladas em alas (ruas) distribuídas segundo a função do trabalhador. Era o cargo

Fotografia 13 – Vila dos Mineiros



Fonte: Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira, década de 1940

ou a função que definia, então, se a residência ocupada era próxima ou longe da parte central da vila onde estava a administração, o armazém, a escola, o posto médico, etc.

Os cargos de chefia tinham moradias maiores, mais confortáveis e com localização privilegiada.

Até 1947 sete vilas foram construídas em torno da jazida do Campo 1 e Campo 2; num movimento de expansão contínua formaram o vilarejo que deu origem ao município de Figueira.

Fotografia 14 – Visita técnica ao Campo 1



SERV. DE MINERAÇÃO - 1944

O Diretor Técnico, Dr. H.J.Guedes, da CCG, exhibe picareta de mineração usada na "rafa" do carvão, prática única àquela época.

Fonte: Acervo Carbonífero do Cambuí, 1944.

O segundo álbum tem uma coleção intitulada “Serviços de Mineração” que retrata as primeiras ações para a exploração, os tipos de técnicas utilizadas, equipamentos e ferramentas disponíveis à época.

Grande parte das fotos retratam as visitas de campo do engenheiro responsável pelas obras e diretores da Carbonífera que são, à exceção do feitor, as únicas pessoas nominadas nas

indicações.

Embora seja uma coleção cujo tema é a mineração, neste suporte também não há imagens do trabalho no interior das minas e nenhuma descrição que a ele se refira. O trabalho retratado está na superfície, na abertura das minas e construção das frentes de exploração.

As imagens que iniciam o álbum datam de 1943 e trazem mineiros “extraindo carvão” com picaretas de uma parede na entrada da mina. Em outras imagens tem-se a produção sendo trazida do subterrâneo em vagonete em trilhos de ferro enquanto, o diretor da Carbonífera do Cambuí está empunhando uma picareta. A indicação relata a prática da “rafa” como sendo a única técnica de extração naquele momento.

Fotografia 15 – Técnica de extração “rafa”

A “rafa” é um rasgo horizontal inicial no desmonte de cerca de 12 metros de largura por 1,70 de profundidade. Feito à picareta, levava em torno de 1 mês de trabalho e esforço intenso. Este mesmo procedimento feito com



Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, década de 1940

cortadeiras de ar comprimido levaria de 3 a 4 dias e com cortadeiras elétricas de carbureto de tungstênio, cerca de vinte e cinco minutos (BOLETIM GEOLOGIA E METALURGIA, 1945).

A demanda crescente pelo carvão mineral nacional durante a Segunda

Fotografia 16 – Rua da Vergonha



SERV. DE MINERAÇÃO - 1945
Boca de mina do Campo 1, chamada "Rua da Vergonha", então aberta com o fim de pesquisa e de servir de escola aos mineiros aprendizes, na formação de mão de obra especializada.

Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, 1945

Guerra Mundial levou a Carbonífera a se preocupar em formar mão de obra especializada a fim de suprir as necessidades de produção.

Nos registros fotográficos há a imagem da Rua da Vergonha; o local que recebia este nome pelos trotes e brincadeiras com os iniciantes era onde os mineiros novatos aprendiam o ofício com os mais antigos de forma prática em galerias que eram abertas para este fim e,

também, para fornecer informação a respeito da qualidade e classificação do carvão extraído na região.

As fotos de uma sequência de 1945 sobre serviços de mineração mostram a entrada da galeria do Campo 1 e dela saindo trilhos de madeira. Era comum na mineração subterrânea da época a utilização de trilhos de madeira que interligavam o interior da mina e os locais de recepção da produção. Homens

puxavam/empurravam vagões ao longo do trajeto. Ainda que os vagões se movessem com maior facilidade sobre os trilhos do que sobre a terra cheia de sulcos, enlameada, o esforço exigido era imenso. Além disso, a pouca resistência e durabilidade da madeira neste tipo de utilização fazia com que os trilhos precisassem ser constantemente reparados e/ou substituídos.

Apesar do aumento considerável da produção, percebe-se pelas imagens que em 1950 e o carvão extraído continua sendo depositado diretamente no chão porque a empresa ainda não havia providenciado caixas receptoras suficientes para todas as frentes de trabalho que neste momento são quatro.

É possível identificar nas imagens que o despejo da terra retirada da abertura do Campo 4 utilizando o método montante. Esta técnica que utiliza terrenos íngremes para fazer alteamento de rejeitos era a mais adotada pela Carbonífera Cambuí naquela época por seu baixo custo e pela própria formação do relevo nas proximidades da jazida.

Figura 17 – Vagonete e trilhos de madeira



Fonte: Acervo: Carbonífera do Cambuí, década de 1940.

Figura 18 – Aterro para rejeito estéril



SERV. DE MINERAÇÃO - 1945

Ponta de aterro para despejo do esteril retirado pela "rafa" feita no xisto, ou em rebaixo.

Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, 1945

Fotos retratam a visita de engenheiros do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), órgão criado em 1934, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela outorga e fiscalização das concessões minerais no país. A visita estatal nas lavras do Cambuí é reflexo do Decreto Lei nº 2.667 de 3 de outubro de 1940 que previa auxílio e incentivos às empresas nacionais de mineração de carvão, mas pouco (ou nada) fez para resolver a principal fragilidade da exploração carbonífera da localidade que era o escoamento da produção por vias ferroviárias.



Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, 1942

1964 com o parque extrativista da Carbonífera Cambuí funcionando com força total.

A última foto do álbum encerra a narrativa mesmo sendo, provavelmente, um dos primeiros registros, haja vista a data (1942) é o local da abertura do primeiro campo de trabalho antes das atividades extrativistas começarem.

O tamanho da devastação pode ser mensurado a partir da comparação do com outra imagem que é uma colagem que junta duas fotos tiradas na região da jazida em

Figura 20 – Parque extrativista Carbonífera Cambuí em 1964



Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, 1964

Há ainda, neste *corpus* documental, algumas fotos que aqui serão chamadas de “avulsas”, pois não estão organizadas em álbuns. Pertencem a acervos pessoais de trabalhadores do Sindicato e outros moradores da cidade.

Fotografia 21 – Chegada da Maria Fumaça



Fonte: Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira, década de 1940

Fotografia 22 – Primeira Jardineira



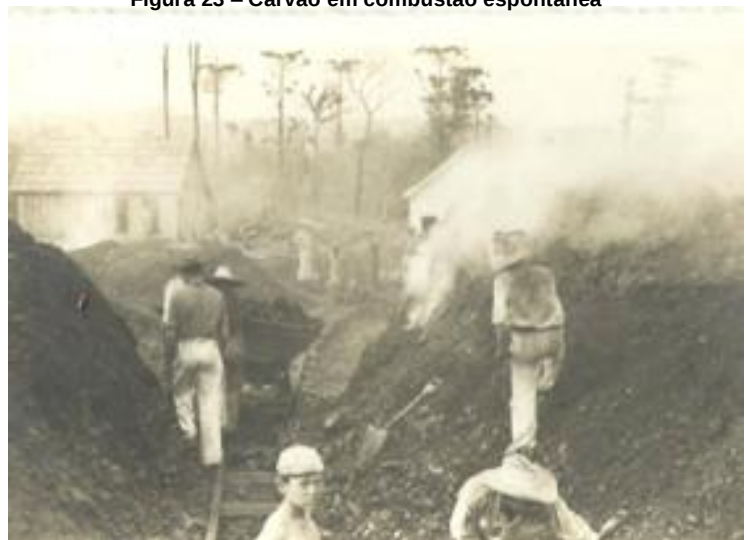
Fonte: Acervo: Sindicato dos Trabalhadores de Carvão de Figueira, 1970.

Retratam momentos como a chegada da Maria Fumaça, a primeira jardineira, inauguração do lavador de carvão, da termelétrica e outros fatos que ficaram marcados na história da cidade como sinais da chegada do progresso e do desenvolvimento trazido pelo carvão.

A maioria das fotos desta coleção mostra o cotidiano do ofício do mineiro de carvão, as técnicas, os apetrechos, ferramentas e acabam por retratar vários dos aspectos insalubres que permeavam a extração carbonífera.

Um dos problemas mais recorrentes no início da exploração da jazida do Cambuí era a logística falha para escoar a produção. O carvão extraído que ia se acumulando por falta de transporte, ficava em montes pela esplanada e, exposto às condições climáticas, entrava em combustão.

Figura 23 – Carvão em combustão espontânea



Fonte: Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira, 1944

A inalação e o contato com o carvão podem acarretar sérios problemas como descreve COSTA, 2000:

Dentre os gases nocivos, destaca-se o H₂S (sulfeto de hidrogênio), que se caracteriza pelo odor ocre, provocando nos seres humanos consequências como: irritação asfixia, redução de atividades do sistema nervoso central, dores de cabeça, problemas respiratórios e/ou agravados pelo ambiente

insalubre (pneumoconiose, resfriados, bronquite, asma) [...] (COSTA, 2000, p.38).

Assim, além do risco de acidentes e queimaduras (os trabalhadores não usavam nenhum tipo de proteção até a década de 1960), a fumaça aspirada era altamente tóxica e tinha consequências nefastas para o corpo humano.

Figura 24 – Banca de beneficiamento



Fonte: Acervo: Carbonífera do Cambuí, década de 1940

No beneficiamento do carvão há a separação entre o minério (com maior poder calorífico) e o rejeito a fim de que o produto final tenha maior valor agregado. Até metade década de 60, na jazida do Cambuí, este processo era feito manualmente como demonstrado em fotos que retratam o peneiramento do minério para separá-lo da pirita (rejeito).

Figura 25 – “Espiritadeiras”



Fonte: Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira década de 1940.

limitação física e que, eventualmente, abria espaço para a contratação de mulheres e menores também.

O trabalho descrito acima é um processo de triagem para que se possa aproveitar algo do carvão que já foi comercialmente rejeitado. É um serviço metódico, repetitivo e de pouco esforço físico que ficava a cargo de trabalhadores com algum impedimento temporário ou

O trabalho do mineiro de exploração do carvão tem níveis de exigência muito elevados diante do caráter dinâmico de sua produção, pois as frentes de trabalho mudam a todo momento impondo aos mineiros a capacidade de agir rápido e de forma eficiente diante das novas situações.

Figura 26 – “Vagoneteiro”



Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, junho de 1986.
realizam de forma mais direta.

Os trabalhadores do subsolo enfrentam diariamente riscos como: desabamentos, detonações, desprendimento de pedras, uso inadequado de máquinas e equipamentos com instalações elétricas precárias, locais apertados, mal iluminados com pouca circulação de ar; inalação de poeira tóxica e explosiva e lama.

As fotos do trabalho no subsolo retratam alguns aspectos das condições insalubres em que os mineiros enfrentavam, ainda no final da década de 1980, no exercício do seu ofício na jazida Cambuí em Figueira/PR

Imagens que retratam mineiros usando apenas um calção para trabalhar são recorrentes em diversas épocas. A utilização do traje mínimo era justificada pelo calor intenso que fazia no interior da mina e, também, porque conferia maior liberdade de movimento em passagens estreitas ou com teto

muito baixo. Esta prática, no entanto, traz mais uma questão relacionada à saúde do profissional mineiro: o contato direto do corpo com o solo e as paredes da mina deixavam a pele muito suscetível ocasionando dermatites, arranhões, escoriações, queimaduras que em contato permanente com a poeira de carvão, sílica e enxofre dificultavam a cicatrização (COSTA, 2000).

Figura 27 – Ventilação em subsolo



Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, junho de 1986.

Com a comercialização da produção de carvão canalizada para fins energéticos na Termelétrica UTEFPA a alta demanda, tornou necessário incrementar

Figura 28 – Escoramento mecanizado



Fonte: Acervo Carbonífera do Cambuí, junho de 1986.

tecnologicamente a produção que até então funcionava por lavras manuais ou semimecanizada.

Os avanços tecnológicos chegaram com força à extração carbonífera em Figueira a partir da segunda metade da década de 1960. O objetivo era reduzir os custos e aumentar a eficiência da

produção.

Assim, a mecanização dos processos da lavra de carvão impôs aos mineiros que trabalhavam na Carbonífera, além de todas as dificuldades que permeavam seu ofício, a responsabilidade e a necessidade de aquisição técnica para operar equipamentos complexos no subsolo.

Esta mecanização também representou, conforme descrito por VOLPATO (1984), a alienação dos mineiros tradicionais do controle dos métodos de produção, reduziu os postos de trabalho e, apesar do aumento considerável da produção, ocasionou uma queda significativa dos salários.

Dos anos 1940 até hoje, a extração de carvão mineral continua sendo a principal atividade econômica de Figueira, mas os processos e as relações de trabalho se transformaram profundamente.

Ao longo da segunda metade do século XX, a mão de obra mineira foi perdendo espaço na Carbonífera do Cambuí para a automação e mecanização da extração.

Os avanços tecnológicos, trabalhistas e da legislação ambiental trouxeram melhorias importantes em termos de segurança no trabalho e redução de impactos ambientais, embora estes setores dentro da extração carbonífera ainda estejam muito distantes do que poderia ser considerado satisfatório.

Atualmente a extração é feita de forma automatizada através de um equipamento chamado minerador contínuo que é operado por controle remoto e reduz significativamente a presença de trabalhadores no subsolo.

Apesar de continuar sendo uma atividade extremamente insalubre, os trabalhadores mineiros dos dias atuais têm uma realidade muito diferente daqueles que exerceram a função entre as décadas de 1940 e 1980.

As fotos selecionadas para trabalho evocam as “evoluções” e “progressos” ao longo de 40 anos de atividades extrativas. A modernização e a mecanização da produção ocorreram de maneira lenta, gradual e afetaram não só a forma de extração, mas, principalmente, as relações de trabalho entre a empresa e os operários. Pelas fotos é possível perceber que a Carbonífera se estabelece, amplia seu parque industrial, moderniza sua produção e diminui significativamente década após década, seu grupo de empregados.

Nesse contexto, a história do município de Figueira vai sendo composta de narrativas e discursos que associam a extração carbonífera ao desenvolvimento e progresso da localidade e de seus habitantes a despeito de uma realidade atormentada pelos impactos ambientais, dependência das atividades da Cambuí e estagnação econômica.

Pensando em levar para a sala de aula questionamentos e reflexões a respeito das condições atuais do município, esta pesquisa pretende, com as fontes históricas anteriormente elencadas, promover um trabalho com alunos das Séries Finais do Ensino Fundamental a fim de desenvolver posturas críticas, investigativas próprias da ciência histórica.

Para tanto, este estudo culmina com a proposição de uma sequência didática para ressignificar memórias, identidades e discursos a partir da utilização das fontes materiais, imagéticas e orais relacionadas à extração carbonífera praticada no município de Figueira para articular, através de atividades e intervenções planejadas, a História Local e os conteúdos curriculares de História.

CAPÍTULO 4 - PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM FIGUEIRA/PR

Este capítulo apresenta um conjunto de atividades no formato de uma sequência didática que propõe o diálogo entre conteúdos curriculares da disciplina de História do 8º ano com a História Local, as memórias instituídas, as representações identitárias individuais e coletivas do município de Figueira, na intenção de construir conhecimento histórico e atitudes reflexivas e críticas em relação à realidade em os alunos do município estão inseridos.

Para demonstrar a lógica das atividades propostas é importante compreender do que se trata e quais os aspectos compõem o instrumento escolhidos como para as ações pedagógicas que serão aqui apresentadas, a sequência didática.

4.1 SOBRE A SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Da maneira como a História escolar está configurada na maioria dos estabelecimentos de ensino do país, os conteúdos factuais têm mais visibilidade que os conceituais, enquanto os procedimentais são tratados como algo que o aluno já deveria trazer pronto para sala de aula. Em sua organização curricular, o que prevalece é a orientação cronológica onde cada série aborda um determinado período histórico e trata de maneira integrada a História nacional ou mundial (ROCHA; CAIMI, 2014).

Passível de críticas e revisões, esta estruturação do conhecimento histórico escolar, no chão da escola, acaba por se tornar um “roteiro de saberes” prescrito para ser trabalhado em um determinado tempo. Somente após a distribuição dos conteúdos pelas partes que dividem o ano letivo, é que o professor passa efetivamente a tratar de maneira específica a escrita da sua aula.

Neste labor, um dos aspectos mais elementares da prática docente é analisar os conteúdos em sua estrutura e decidir a melhor forma, o tempo necessário e quais as possibilidades de trabalho para abordá-los. Além destas considerações, o professor precisa ter em mente quais as aprendizagens ele espera que o aluno adquira a partir de um conteúdo ministrado (SHULMAN, 1989).

Se, dentro de uma perspectiva bem limitada de formação, o professor estiver buscando apenas o domínio cognitivo de conhecimentos factuais em que os alunos

sejam capazes de replicar as informações que lhes foram repassadas, uma interação expositiva feita pelo professor, um vídeo ou uma leitura compartilhada poder ser suficiente.

Mas, se a construção de conhecimento pleiteada é a formação crítica dos alunos e o desenvolvimento de capacidade analítica e de julgamento, as atividades cognitivas precisam ser mais complexas e oportunizar ações variadas de subjetivação do conhecimento.

O saber pedagógico especializado do professor se legitima na ação, ou seja, além do domínio de uma disciplina e/ou conteúdo ele precisa, também, ter em mente o modo pelo qual os conhecimentos serão construídos, considerando a inserção dos alunos e as muitas ambiguidades que permeiam os processos da educação escolar.

Para enfrentar tais questões, uma alternativa válida de organizar e direcionar os trabalhos docente e discente é pensar em ações pedagógicas sob o aporte da sequência didática para a produção de conhecimentos a partir dos temas selecionados e/ou determinados pelo currículo escolar.

Segundo Dolz e Schneuwly (2004) a sequência didática é um instrumento profícuo para conduzir professores na (re)elaboração e no (re)planejamento das aulas e intervenções com finalidade pedagógicas, educativas e formadoras. Os autores apontam ainda que as atividades sequenciadas ajudam na aquisição gradual dos conhecimentos dos estudantes. Concebidas a partir do conhecimento prévio, a cada etapa, o grau de dificuldade aumenta, ampliando assim, as capacidades desses alunos.

Sob a perspectiva utilizada pelo Grupo Genebra, seu idealizador, a sequência didática (**SD** de ora adiante) tem o seu modelo estrutural dividido em quatro fases a saber (Dolz, Noverraz e Schneuwly 2004):

- **Situação Inicial:** o professor faz uma descrição minuciosa do projeto de ensino aos alunos enfatizando os objetivos, estrutura e condições coletivas de produção dos saberes.

- **Produção Inicial:** neste momento o docente cuida de diagnosticar as capacidades e conhecimentos prévios dos alunos em relação ao objeto de ensino e, também, analisar as condições para as ações que virão na sequência.

- **Desenvolvimento dos Módulos:** oficinas que se constituem de diversas atividades relativas ao desenvolvimento das capacidades de linguagem, envolvendo as três práticas linguísticas (leitura, produção e análise).

- **Produção Final:** nesta fase os alunos colocam em prática os conhecimentos adquiridos e, juntamente com o professor, avaliam os progressos obtidos.

Sendo assim, uma **SD** admite várias estratégias e estas intervenções planejadas têm por finalidade otimizar os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem. O reconhecido pedagogo e educador catalão Antoni Zabala (1998) a define como:

um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos (ZABALA, 1998, p. 18).

Assim, as ações articuladas de uma **SD** devem assemelhar-se a elos de corrente que têm relação com o antecessor e com o sucessor, e, ao mesmo tempo, podem ser articulados de outras maneiras (KOBASHIGAWA *et al.*, 2008). A concepção de Zabala (1998) ratifica o caráter fundamental do planejamento das ações do professor ao elaborar uma **SD**. É impossível optar por este método de ação sem que as noções de ordenação, estruturação, articulação sejam aplicadas às atividades propostas aos aprendizes:

A **ordenação** trata da capacidade do professor de organizar a apresentação das noções conceituais aos alunos de forma gradual, a partir do conhecimento prévio dos mesmos, até que suas condições cognitivas estejam adequadas ao novo objeto.

A **estruturação** diz respeito ao “como fazer”. As escolhas do professor devem considerar a utilização de atividades diversificadas, desafiadoras e que estejam estruturadas em níveis de complexidades (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004).

A **articulação**, por sua vez, é a capacidade do docente de conectar o novo objeto aos que foram abordados antes a fim de que os alunos possam realmente lhes atribuir significado.

Zabala ressalta também que o procedimento da **SD**

tem a virtude de manter o caráter unitário e reunir toda a complexidade da prática, ao mesmo tempo em que permitem incluir as três fases de toda

intervenção reflexiva, quais sejam: o planejamento, aplicação e avaliação (ZABALA, 1998, p. 11).

As fases acima elencadas são essenciais para o constante aperfeiçoamento da *práxis* docente na medida em que fornecem dados e condições para direcionar as ações de ensino.

Tais ações precisam encontrar posturas de interesse e interação nos alunos. É fundamental, então, que as **SD** sejam estruturadas em torno de materiais e assuntos que lhes digam respeito de modo a favorecer a criação de um ambiente onde

[...] os alunos partilhem ideias, raciocínios, processos, estabeleçam conexões, comparações e analogias, construam conjecturas e negociem significados e desenvolvam capacidades de comunicar e argumentar (KFOURI; D'AMBRÓSIO, 2006, p. 2).

Para alcançar potencialidade pedagógica em uma **SD**, é fundamental que o professor estabeleça a relação adequada entre o que alunos sabem sobre o assunto e a estrutura das atividades que serão realizadas, pois só com participação e a interação fluindo a aprendizagem se concretizará.

No que tange ao ensino de História, a sequência didática é uma alternativa viável porque considera as especificidades dos conteúdos e de seus objetivos em um tempo pré-determinado e porque, também, apresenta potencialidades caras ao processo de ensino e aprendizagem tais como:

- Proporcionar visibilidade ao professor e ao aluno do tratamento do conteúdo e do desenvolvimento do trabalho.
- Permitir balizar as estratégias utilizadas na medida em que o professor pode articular atividades transmissivas como exposições orais com momentos de maior participação dos alunos em atividades práticas, saídas de campo, apresentações, etc.
- Possibilitar que uma questão orientadora permeie a realização de cada estratégia conferindo sentido às atividades.
- Oferecer condições de organizar as aulas como eventos ou como rotina, ou ainda, módulos que podem ser agrupados de formas diversas para produzir aprendizagem.

A **SD** também pode tornar um trabalho didático mais instigante e pautado pela busca por respostas por meio de questionamentos, interações e construções

coletivas. Em práticas dialógicas se constroem as reflexões críticas dos indivíduos sobre seu entorno e, com isso, se identificam necessidades de mudanças.

Práticas pedagógicas colaborativas além de todos os aspectos relacionados à educação têm uma função social importante porque podem ser tornar gatilhos de luta e mudança para grupos oprimidos a partir dos conhecimentos que suscitam.

Tal aspecto reveste ainda mais de importância um trabalho docente consciente e comprometido com o meio porque ele “[...] contribui para a formação cultural e científica do povo, tarefa indispensável para outras conquistas democráticas” (LIBÂNEO, 1994, p.47).

Processos de ensino e aprendizagem no ambiente escolar que são ligados ao contexto e cotidiano dos alunos (re)significam os saberes através da proximidade e da experiência o que proporciona atitudes mais seguras e autônomas em diversas esferas de convivência social.

Diante disso, o presente trabalho vem propor a aplicação de uma sequência didática em aulas de História das Séries Finais do Ensino Fundamental utilizando elementos e vestígios da produção de carvão mineral no município de Figueira, estado do Paraná para trabalhar a história local.

A ideia é ressignificar os processos e discursos que marcaram a trajetória de constituição daquela localidade e que ainda são utilizados como forma de garantir a permanência das estruturas econômicas que dominam a região.

Na localidade estudada, os trabalhadores das minas de carvão são heroicizados e idealizados em discursos institucionais, memórias coletivas, monumentos, mas, na vida real, não encontram tal reconhecimento e são tratados como engrenagens substituíveis dentro do processo de exploração econômico e ambiental instalado no município.

As atividades foram idealizadas para o 8º ano do Ensino Fundamental II série em que está previsto pelo Currículo da Rede Estadual do Paraná (CREP) a abordagem do conteúdo “Revolução Industrial e seus impactos na produção industrial, circulação de povos, produtos, culturas, na noção de tempo, hábitos, exploração da mão de obra infantil e feminina, luta e resistência dos trabalhadores e questões ambientais” (PARANÁ, 2020).

O carvão mineral, força motriz da economia de Figueira, tem seu potencial energético explorado no mundo desde o século XVIII primeiro para produzir a

energia a vapor e, mais tarde, para geração de eletricidade e na utilização em altos fornos.

A exploração do carvão mineral em Figueira acontece há 80 anos e as relações sociais advindas destas atividades marcam profundamente não só a trajetória do município, mas a forma como seus habitantes exercem seus papéis na sociedade.

Assim, as atividades que seguem procuram aliar as experiências e vivências de uma comunidade fruto do extrativismo carbonífero para elucidar questões relacionadas ao trabalho, à memória, à identidade que também permearam o contexto dos trabalhadores da Revolução Industrial na Inglaterra.

Espera-se que, a partir das reflexões suscitadas pelo conjunto de atividades aqui proposto, seja possível construir mudanças de perspectivas e, também, posturas mais críticas diante das relações constituídas dentro desta lógica extrativista para que, quem sabe num futuro próximo, seja possível pensar maneiras menos predatórias de utilizar a mão de obra e os recursos naturais da localidade.

4.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE HISTÓRIA LOCAL DE FIGUEIRA/PR

Sobre o desenvolvimento das atividades aqui propostas faz-se necessários assinalar alguns aspectos que são essenciais para a aplicação das ações pedagógicas aqui descritas.

O grande número de atividades propostas não é compatível com a quantidade de aulas previstas para a turma (no estado do Paraná são três aulas de História semanais para o 8º ano) e comprometeria o trabalho com os demais conteúdos da disciplina prescritos em um trimestre/bimestre. É importante assinalar que o desenvolvimento desta sequência só é possível por meio do apoio da escola permitindo ações interdisciplinares e com disponibilidade para que algumas das atividades sejam realizadas em contraturno.

Outro aspecto importante é com relação aos roteiros de análise: a intenção ao elaborar as atividades é que os alunos sistematizem o que foi discutido, observado refletido durante o manejo das fontes.

Sendo assim, as questões propostas para os alunos tem a intenção de demonstrar quais reflexões podem ser conduzidas a partir do manuseio das fotos, das visitas aos locais de memória e os questionários.

ATIVIDADE 1 - COMEÇANDO OS ESTUDOS

Tempo Estimado:**1 aula**

Procedimentos Iniciais:

- Apresentação e descrição programática do trabalho;
- Encaminhamentos de autorizações para participação dos estudantes em atividades externas.

ATIVIDADE 2:**LOCALIZANDO E CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE FIGUEIRA**

Tempo Estimado:**2 aulas**

Conteúdo oficial:

Cidadania e diversidade no Paraná: manifestações e direitos sociais

Objetivos :

- Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos, das sociedades e diferentes grupos, compreendendo como conquista histórica.
- Reconhecer grupos de imigrantes e migrantes que formam a população da cidade, do estado e/ou do país e suas contribuições.
- Conhecer, respeitar e valorizar as diferenças étnicas, regionais, ambientais e culturais que caracterizam o território paranaense relacionando-as aos movimentos migratórios.

Metodologias e Estratégias:

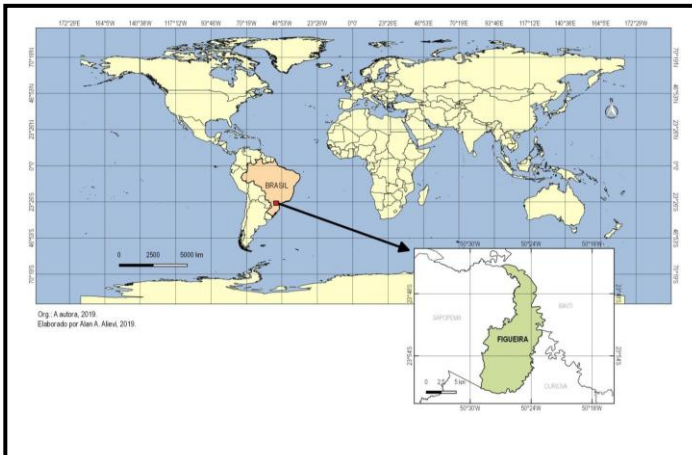
- Projeção e análise de mapas contidos no Atlas Escolar do Município de Figueira para promover/desenvolver percepções relacionadas à localização e caracterização do município. (ANEXO A)
- Aula expositiva e dialogada com leitura compartilhada do texto “Aspectos históricos da ocupação e fundação de Figueira” adaptado do item 2.4 desta dissertação para evidenciar a presença indígena na localidade e contextualizar os movimentos migratórios e de ocupação da localidade. (ANEXO B)

Recurso didático:

PUCHALSKI, S. **Atlas Escolar do Município de Figueira** in [CARTO] grafias do lugar: a cidade de Figueira na Geografia escolar. 2019.124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, 2019.

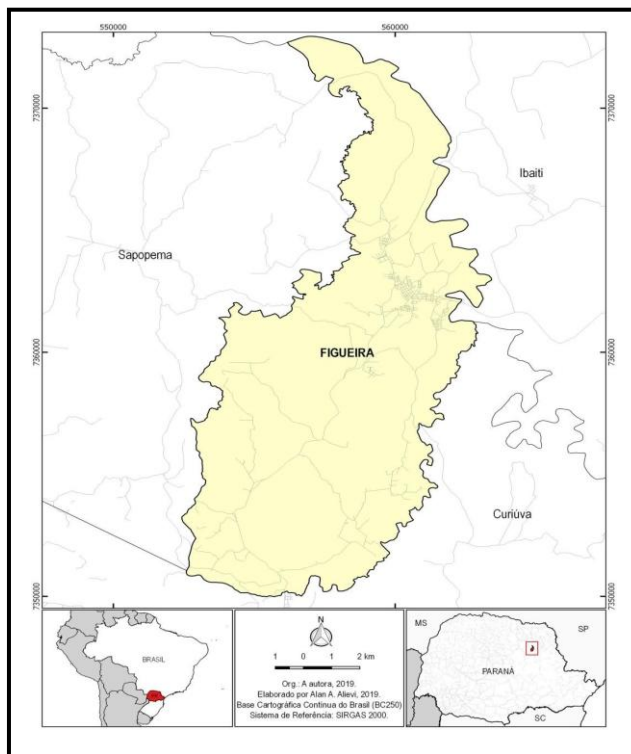
MATERIAL PARA A ATIVIDADE 1

Localização de Figueira, Paraná no mundo



Fonte: PUCHALSKI, 2019.

Município de Figueira



Fonte: PUCHALSKI, 2019.

Localização de Figueira, Paraná no Brasil



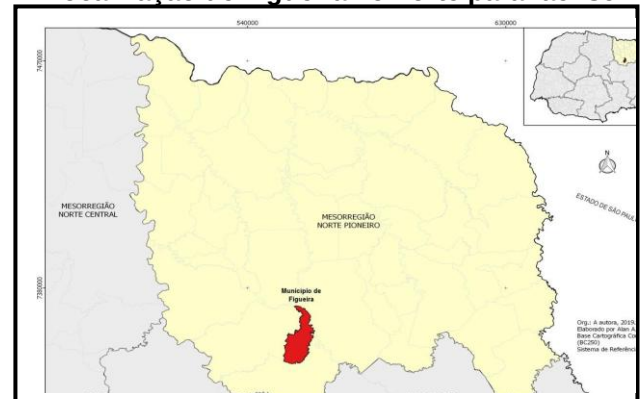
Fonte: PUCHALSKI, 2019.

Localização de Figueira no estado Paraná



Fonte: PUCHALSKI, 2019.

Localização de Figueira no norte paranaense



Fonte: PUCHALSKI, 2019.

TEXTO DE APOIO: Aspectos históricos da ocupação e fundação de Figueira

Grande parte daqueles que escreveram a respeito do Norte Pioneiro do Paraná ou, mais especificamente, sobre o território da bacia do rio das Cinzas, por questões metodológicas e/ou políticas, adotaram a visão dos colonizadores atribuindo-lhes a condição de povoadores.

Tal discurso é, muitas vezes, apoiado em dados de trabalhos científicos, sem cunho histórico, que tinham por finalidade delinear o contexto geral de uma região em estudo. Com isso, acabou-se omitindo e desqualificando a presença indígena naquela localidade e contribui-se, também, para fortalecer o mito do vazio demográfico intensamente propagado pela visão colonizadora dos fatos:

[...] na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravio”. As terras do setentrião, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos de 1920 aos anos de 1950 estavam desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e colonizadas. É o mito do vazio demográfico. Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam (MOTA, 2009, p.14).

No entanto, pesquisas arqueológicas afirmam que o território paranaense era habitado por populações indígenas desde cerca de 10 mil anos AP (antes do presente). A área da bacia do rio das Cinzas, região onde Figueira está inserida, tem vestígios de indústria lítica, cerâmica e cultura religiosa que datam de 400 AP no município de Curiúva e de mais de 700 AP no rio Laranjinha. (CARSTEN, 2001).

Apoiados na história simplificada elaborada pela ideologia dominante, os autores que se encarregaram de contar a história do município de Figueira, o fizeram como se os movimentos de ocupação da região tivessem se iniciado a partir da chegada dos fazendeiros e mineiros paulistas no final do século XVIII para (re) ocupar o território e abrir as minas de carvão.

Apesar disso, é possível resgatar a presença indígena na região em obras não acadêmicas como o livro de memórias de Joaquim Vicente de Souza, “Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no Cenário do Norte do Paraná” que, embora apresente uma visão romanceada dos indígenas que viviam naquela localidade, demonstra a povoação indígena em uma região próxima de onde o município de Figueira viria a se constituir:

Esta região, segundo historiadores e indianólogos, era habitada pela grande nação dos índios Guaranis, selvagens de proverbial mansidão, e que viviam da caça e da pesca pela floresta e rios destas paragens. Destes índios inda (sic) temos muitas notícias, inclusive de testemunhas vivas, que deles contam muitos passados quando por aqui transitavam dos seus aldeamentos do Tijuco Preto (Pirajú) e São João Batista do Rio Verde (Itaporanga), em andanças para outro grande aldeamento (sic) no Pinhalsinho (Ribeirão do Pinhal), às margens do rio Laranjinnha. (SOUZA, 2007, p.16).

Essa presença pode ser evidenciada, ainda, por meio da análise de documentação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, em relatos de etnólogos, antropólogos e profissionais de outras áreas acadêmicas como o do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o Paraná na primeira metade do século XIX e, ao penetrar na bacia do rio das Cinzas, afirmou que a região era habitada por populações indígenas.

Dirigi-me para os lados do leste e atravessei o rio da Cinza; passando por trilhas pouco frequentadas, eu me aproximei, tanto quanto possível, das terras habitadas pelos índios selvagens (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 43).

Saint-Hilaire percorreu a parte da bacia do Rio das Cinzas que começa a se formar ainda no território dos Campos Gerais. Ao visitar a fazenda Jaguariaíba (localidade que originou o município de Jaguariaíva) descreveu os conflitos e prejuízos causados pelos índios que lhe foram relatados pelo coronel Luciano Carneiro. Os episódios demonstram que os índios não se sentiam acuados pela presença colonizadora e

continuavam a buscar recursos em seus antigos domínios.

Mesmo com a chegada dos colonizadores, portanto, as populações indígenas permaneceram na bacia do rio das Cinzas nos aldeamentos a eles delimitados pelo poder estatal e também dispersos em busca de recursos. Assim, os indígenas continuaram resistindo em torno de seus antigos domínios, comercializando produtos e aproveitando-se de bens e produtos das sociedades recém-instaladas (CARSTEN, 2001).

Foi nesse contexto regional que, por ordem de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, a fim de cumprir a ordem imperial de abrir uma estrada para ligar os Campos Gerais à Colônia Militar de Jataí (hoje Jataizinho) em 1851, o sertanista Joaquim Francisco Lopes deu início ao desbravamento da floresta das serras do Facão e do Caetê (FERREIRA, 1996).

Ao longo das primeiras décadas do século XX a região que hoje abrange os municípios de Figueira e Curiúva foi sendo (re) povoada com a chegada de migrantes oriundos de diferentes pontos do país para trabalhar na exploração mineral da região (FERREIRA, 1996).

Nos primeiros anos da década de 1920 a região que viria a ser o município de Figueira já era explorada por garimpeiros, safristas e agricultores atraídos pela fama dos diamantes encontrados em Tibagi e que acabavam se fixando nas proximidades dos rios do Peixe e Figueirinha (REVISTA NOSSA FIGUEIRA, 1997). Em 1926, surgiu, então, um pequeno vilarejo batizado de Figueira devido a uma árvore desta espécie ser o ponto de encontro, referência e descanso da localidade (SANTOS, CASTRO, et al., 2004).

A exploração sistemática de carvão naquela região teve um salto em 1941 porque, com impedimento da importação de carvão mineral causado pela II Guerra Mundial, houve um aumento significativo da demanda pelo produto nacional gerando políticas de incentivo à produção carbonífera.

Promulgado pela lei n°. 24.642, de 10 de junho de 1934 desde então o Código de Minas vinha incentivando o surgimento de empresas interessadas na exploração do carvão paranaense. Em 1936, foi instalada a primeira empresa paranaense - Companhia Hulha Brasileira & Cia. Ltda. – que abriu minas carboníferas no município de Wenceslau Brás para fornecer carvão para a Estrada de Ferro Central do Brasil (NOSSA FIGUEIRA, 1997). Neste contexto, famílias vindas do interior paulista investiram na aquisição de terras e passaram a explorar jazidas de carvão presentes na região de Figueira.

Na década de 1940 foram abertas as primeiras minas de carvão na área das barrancas do Rio do Peixe. Em 1942 a Companhia Carbonífera Brasileira, para viabilizar e escoar produção proporcionou obras fundamentais para o desenvolvimento do distrito como uma ponte sobre o rio do Peixe entre Ibaiti e Curiúva; a construção da estrada de ferro que ligava Figueira a Eusébio de Oliveira e, para suprir as necessidades das minas, a instalação de uma serraria com a finalidade de produzir madeiramento para escora do subsolo. Além disso, trouxe água e energia elétrica para o povoado que, naquele momento, era denominado Vila Cambuí (SANTOS, CASTRO, et al., 2004).

No pico de produção que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, operavam na região as empresas: Cia. Carbonífera do Rio do Peixe, Cia. Carbonífera do Cambuí, Carbonífera Brasileira S.A., Cia. Mineração Norte Paranaense e Mina de Carvão do Ribeirão do Carvãozinho (LACTEC, 2001).

Em torno desta movimentação exploratória outros setores do povoado foram se desenvolvendo principalmente porque a atividade carbonífera vinha apresentando bons resultados financeiros. Demonstrando o otimismo em relação ao desenvolvimento do vilarejo em 20 de janeiro de 1949, Figueira se tornou Distrito Judiciário de Curiúva.

No final da década de 1940, no entanto, a industrialização brasileira passou a priorizar o petróleo e o carvão mineral foi perdendo espaço na economia. Além disso, a falta de logística para entregar o produto, as técnicas rudimentares de extração e armazenamento foram diminuindo o valor da produção. Com isto, muitas empresas na região de Figueira foram fechadas, vendidas ou incorporadas por outras maiores (LACTEC, 2001).

Assim, a Companhia Carbonífera do Cambuí, fundada em 1942, e que, na época, tinha contrato de fornecimento de carvão para a Klabin, fábrica de papel instalada no município de Telêmaco Borba, foi incorporando as companhias menores e se estabeleceu como a única empresa neste ramo no Paraná (NOSSA FIGUEIRA, 1997).

Nesta mesma época o crescente processo de urbanização e industrialização do Brasil aumentou a demanda do setor elétrico exigindo, por parte do poder público, investimentos na produção de energia (VEIGA, FONSECA, 2002). Um exemplo desta política foi quando, em 1957, o governo de Juscelino Kubitschek autorizou o financiamento da construção de uma usina termelétrica no distrito de Figueira

ATIVIDADE 3
VISITA GUIADA AO MONUMENTO AO MINEIRO DE FIGUEIRA

Conteúdo Oficial:

Comunicação e registros de memória

Tempo Estimado:

4 aulas

Objetivos:

- Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.
 - Comparar o uso de diferentes linguagens e tecnologias no processo de comunicação e avaliar os significados sociais, políticos e culturais atribuídos a elas.
-

Metodologias e estratégias:

- Saída de campo até o monumento onde, divididos em trios, os alunos observarão o monumento para coletar dados previamente solicitados pela professora em formato de questionário.
 - De posse das informações levantadas, os trios responderão os questionários por escrito.
 - Socialização e discussão a respeito das impressões coletadas
-

Recursos Didático:

Questionário previamente elaborado pela professora (ANEXO C)

ESCUPTOR CHARY, **Monumento ao Mineiro do Carvão**, 2012, Bronze, 2,20 alt, 800 kg, Figueira, Paraná. Galeria de Imagens. Disponível em: <http://www.escultorchary.com/galeria.php> Acesso: 24/01/2020 (ANEXO D)

MATERIAL PARA ATIVIDADE
Roteiro de análise do Monumento ao Mineiro de Figueira

Data de Inauguração:.....;..... Autor:.....

Localização:

Patrocinadores:.....

- a) Por que este monumento foi criado?
 - b) Leitura interna da imagem
 - c) O que você sabe sobre a pessoa que está retratada no monumento?
 - d) Por que o monumento tem esta localização?
 - e) Como você imagina que era o trabalho e a vida da pessoa retratada no monumento?
-

CONJUNTO DE IMAGENS DO MONUMENTO AO MINEIRO DE FIGUEIRO

Monumento aos Mineiros



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

**Monumento aos Mineiros
(Costas)**



Fonte: ESCULTOR CHARY, 2012.

**Monumento aos Mineiros
(Detalhe frontal)**



Fonte: ESCULTOR CHARY, 2012.

**Monumento aos Mineiros
(Detalhe Lateral)**



Fonte: ESCULTOR CHARY, 2012.

ATIVIDADE 4**O CARVÃO MINERAL NO MUNDO, NO BRASIL E EM FIGUEIRA**

Tempo estimado:

3 aulas

Conteúdo Oficial:

A Revolução Industrial e seus impactos na produção industrial, circulação de povos, produtos, culturas, na noção de tempo, hábitos, exploração da mão de obra infantil e feminina, luta e resistência dos trabalhadores e questões ambientais.

Objetivos:

- Perceber, analisar e discutir as mudanças econômicas sociais e culturais, tanto na vida cotidiana quanto no mundo do trabalho, decorrentes da exploração do carvão mineral.
- Caracterizar a utilização do carvão mineral produzido no município de Figueira.

Metodologias e Estratégias

- Aula expositiva e dialogada sobre a formação, caracterização e utilização do carvão do século XVII até os dias de hoje.
- Explanação sobre a finalidade do carvão utilizado em Figueira projeção do documentário “Carvão Mineral” produzido pelo Canal Via Legal.
- Análise e manipulação de amostras de carvão mineral.

Recursos Didáticos

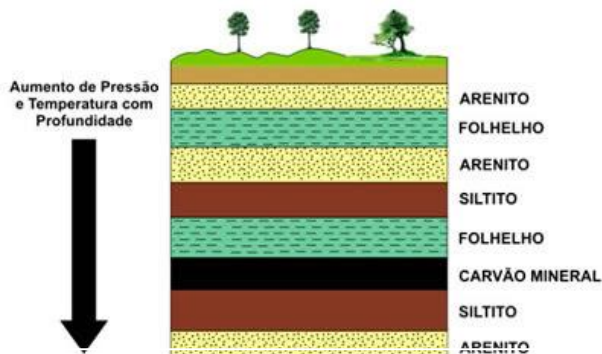
GEO-CONCEIÇÃO, **Carvão Mineral**. Blog Geo-Conceição.Itajaí, SC, março de 2010. Disponível em: <http://geoconceicao.blogspot.com/2010/02/carvao-mineral.html>. Acesso: 23/02/2020 (ANEXO E)

PROGRAMA VIA LEGAL. **CARVÃO MINERAL**. Produção:, 2010. Reportagem (8:26 min). Disponível em: <https://youtu.be/rUqNVQE4ArY> . Acesso em: 23/02/2020.

PUCHALSKI, S. **Atlas Escolar do Município de Figueira** in [CARTO] grafias do lugar: a cidade de Figueira na Geografia escolar. 2019.124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, 2019.

MATERIAL PARA ATIVIDADE

ORIGEM DO CARVÃO MINERAL



Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010



Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010

O carvão mineral é formado por troncos, raízes, galhos e folhas de árvores gigantes que cresceram há 250 milhões de anos em pântanos rasos. Essas partes vegetais, após morrerem, depositaram-se no fundo lodoso e ficaram encobertas. O tempo e a pressão da terra que foi se acumulando sobre o material transformaram-no em uma massa negra homogênea – as jazidas de carvão.

UTILIZAÇÃO DO CARVÃO MINERAL

A partir da época dos grandes descobrimentos, o carvão mineral foi substituindo a lenha, até então considerada como a principal fonte de energia utilizada pelo homem. A combustão direta do carvão, para produção de vapor, foi a principal alavanca para o progresso da humanidade em direção à industrialização. As máquinas a vapor, alimentadas pelo carvão, surgiram em meados de 1700 e foram aperfeiçoadas por Watt, que passou a construí-las, comercialmente, em Birmingham, na Inglaterra, de 1774 a 1800. Apesar do fato de as máquinas a vapor terem sofrido grandes melhorias no decorrer do tempo, os princípios básicos, estabelecidos por Watt, permaneceram inalterados. Atualmente, o principal uso da combustão direta do carvão é na geração de eletricidade, por meio de usinas termelétricas. Essa tecnologia está bem desenvolvida e é economicamente competitiva.

Máquina a Vapor



Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010

Usina Termelétrica



Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010

A melhoria do processo de combustão poderia reduzir as emissões de monóxido de carbono e nitrogênio, a partir da dessulfurização dos gases de combustão ou da utilização de carvão com baixo teor de enxofre. E também o calor residual da usina poderia ser aproveitado nas suas proximidades, para evitar perdas energéticas, como por exemplo: aquecimento de caldeiras, movimentação de motores, etc.

Lagoa sobre rejeitos de carvão mineral



Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010

A gaseificação do carvão é praticada desde a primeira metade do século XIX e tem a finalidade de converter o carvão mineral em combustível sintético de aplicação direta na produção de energia. Existem diversos processos industriais de gaseificação do carvão, e o Brasil já domina essa

tecnologia. Os impactos ambientais e riscos aos operários nas usinas são aqueles relacionados à mineração e transporte do minério e, também, aos problemas do processamento, como riscos de incêndio e exposição humana a agentes cancerígenos, e exposição a altas temperaturas.

O carvão, até 1961, era a principal fonte primária mundial de energia, quando foi suplantado pelo petróleo. No entanto, mantém-se até hoje como fonte energética nobre, pois sua conversão produz o combustível sintético líquido que mais se assemelha ao petróleo de ocorrência natural. Até a Segunda guerra mundial, o carvão era o combustível mais utilizado no mundo. A descoberta dos combustíveis derivados do petróleo, que permitiu o desenvolvimento dos motores a explosão e abriu maiores perspectivas de velocidade e potência, e o surgimento da energia nuclear, relegaram o carvão a condição de fonte subsidiária de energia. No entanto, a disponibilidade de grandes jazidas de carvão mineral e o baixo custo do carvão vegetal ainda conferem a esse combustível um papel relevante.

CLASSIFICAÇÃO DO CARVÃO MINERAL

De acordo com a maior ou menor intensidade da encarbonização, o carvão mineral – também chamado carvão fóssil ou de pedra – pode ser classificado como linhito, carvão betuminoso e sub-betuminoso (ambos designados como hulha) e antracito.

A formação de um depósito de carvão mineral exige inicialmente a ocorrência simultânea de diversas condições geográficas, geológicas e biológicas. Primeiro, deve existir uma vegetação densa, em ambiente pantanoso, capaz de conservar a matéria orgânica. A água estagnada impede a atividade das bactérias e fungos que, em condições normais, decomporiam a celulose. A massa vegetal assim acumulada, no prazo de algumas dezenas de milhares de anos – tempo curto do ponto de vista geológico – transforma-se em **turfa**, material cuja percentagem de carbono já é bem mais elevada que a da celulose.

Algumas dezenas de milhões de anos a turfa multiplica seu teor de carbono e se transforma na primeira variedade de carvão, o **linhito**, cujo nome provém de sua aparência de madeira.

Na etapa seguinte, surge a **hulha**, primeiro como carvão betuminoso, depois como sub-betuminoso. Na fase final, a hulha se transforma em antracito, com teores de mais de noventa por cento de carbono fixo.



Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010

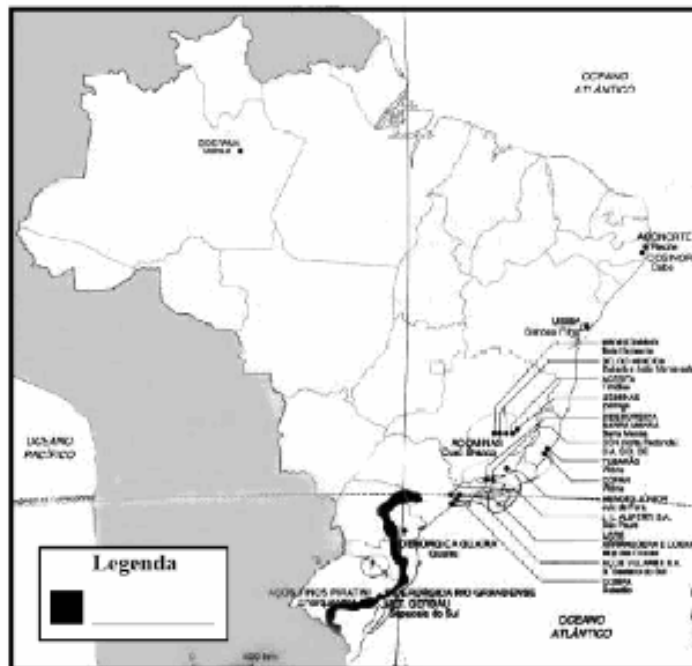
CARVÃO MINERAL NO BRASIL

No território brasileiro esse minério é encontrado em áreas restritas e limitado, além disso, o carvão extraído não possui boa qualidade, pois apresenta baixo poder calórico e quantidade de cinza elevada. Por essa razão não possui viabilidade quanto à sua utilização como fonte de energia e matéria-prima nas siderúrgicas.

Diante disso, a produção brasileira é insuficiente, portanto, o país importa 50% do carvão consumido, oriundo dos Estados Unidos, Austrália, África do Sul e Canadá. No Brasil uma das principais jazidas se encontra no Rio Grande do Sul, como no vale do rio Jacuí, cuja produção é consumida pelas usinas termelétricas locais.

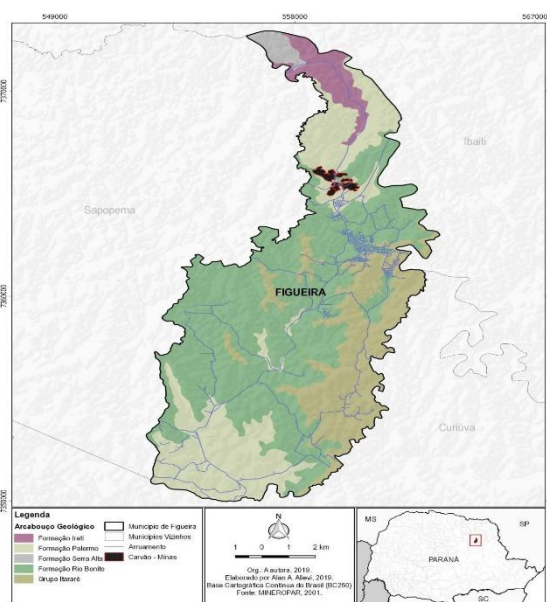
Hoje, cerca de 85% do consumo de carvão é para abastecer usinas termoeletricas, além de 6% na indústria de cimento, 4% na indústria de papel celulose e 5% nas indústrias de cerâmica, alimentos e secagem de grãos.

Jazidas Carboníferas no Brasil



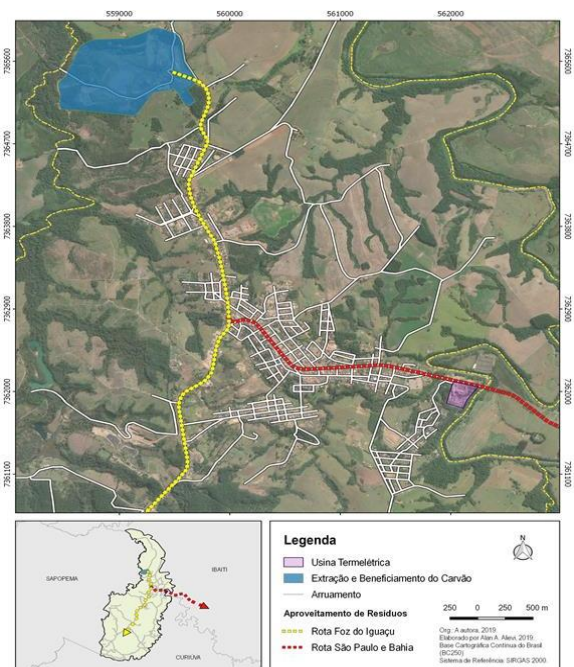
Fonte: GEO-CONCEIÇÃO, 2010

Áreas Carboníferas em Figueira



Fonte: PUCHALSKI, 2019

O caminho do carvão após sua produção



Fonte: PUCHALSKI, 2019

ATIVIDADE 5**OFÍCIO DO MINEIRO DE CARVÃO**

Tempo estimado:

2 aulas

Conteúdo Oficial:

A Revolução Industrial e seus impactos na produção industrial, circulação de povos, produtos, culturas, na noção de tempo, hábitos, exploração da mão de obra infantil e feminina, luta e resistência dos trabalhadores e questões ambientais.

Objetivos:

- Caracterizar o ofício de mineiro de carvão e as condições de trabalho por eles enfrentadas entre as décadas de 1940 e 1980.
- Evidenciar os impactos ambientais e as modificações no território e paisagem da localidade devido à exploração carbonífera.
- Identificar mudanças, permanências em aspectos relacionados ao ofício e à exploração carbonífera em Figueira.
- Apresentar novas possibilidades de leitura de imagens, além de traçar paralelos entre as sociedades.
- Proporcionar reflexão sobre o tempo histórico, os aspectos sociais e culturais.

Metodologias e Estratégias:

- Aula expositiva e dialogada sobre o ofício do mineiro.
- Analisar seguindo Folhas Didáticas e o Roteiro de Análise fotográficas do Acervo da Carbonífera do Cambuí retratando cenas de trabalho em diferentes épocas.
- Projeção e análise de trechos do documentário “FIGUEIRA - Na história da mineração do Paraná” e análise dos depoimentos de mineiros aposentados sobre seus dias de trabalho.

Recursos Didáticos:

FIGUEIRA - Na história da mineração do Paraná. Produção; STIEC, 2012.Documentário (20:20 min).Disponível em: <https://youtu.be/lhkXcOxYfTk>

Imagens dos acervos fotográficos da Carbonífera do Cambuí e do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira com cenas da exploração carbonífera no município entre as décadas de 1940 e 1980 (Grupos 1,2 e 3)

MATERIAL PARA A ATIVIDADE

ROTEIRO DE ANÁLISE PARA OS DEPOIMENTOS DO DOCUMENTÁRIO

- 1) O que as memórias relatadas pelos mineiros confirmam e o que contrariam dos aspectos observados nas fotos analisadas:
- 2) Por que os mineiros aposentados apontam o trabalho dos mineiros atuais como mais fácil?
- 3) Qual é a razão de, segundo os depoimentos do documentário, o mineiro atual ser mais facilmente substituído?
- 4) Os mineiros aposentados afirmaram no Figueira,1942. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí. ~~que~~ **antigamente. Que motivos os** voltariam a exercer o ofício nas mesmas condições ~~de antigamente.~~ **le** levam a ter este desejo?
- 5) Por que os mineiros de antigamente são considerados heróis e sobreviventes? Justifique.

FICHAS DIDÁTICAS PARA ANÁLISES DAS FOTOS

FICHA DOS ELEMENTOS DA FORMA E DO CONTEÚDO					
	FOTOGRAFIAS CONJUNTO1	FOTOGRAFIAS CONJUNTO2	FOTOGRAFIAS CONJUNTO 3	FOTOGRAFIAS CONJUNTO 4	FOTOGRAFIAS CONJUNTO5
Título da foto					
Ag.Produzora/Ano					
Local Retratoado					
Tema Retratoado					
Pessoas retratadas					
Objetos retratados					
Caract. das Pessoas					
Caract. da Paisagem					

FICHA DOS ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO					
	FOTOGRAFIAS CONJUNTO1	FOTOGRAFIAS CONJUNTO2	FOTOGRAFIAS CONJUNTO3	FOTOGRAFIAS CONJUNTO 4	FOTOGRAFIAS CONJUNTO5
Tamanho da foto					
Suporte					
Tipo de foto					
Sentido da foto					
Enquadramento					
Nitidez					
Amadora ou profis.					
Tamanho da foto					

ROTEIRO DE ANÁLISE PARA O CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 1

A partir da observação das fotos, do que sabem a respeito e do que foi discutido em aula, respondam por escrito as seguintes questões:

- 1) Quais os tipos de trabalho podem estar envolvidos no ofício mineiro?
 - 2) Por que razão o serviço de despiritagem era um dos únicos que permitia, na época, a utilização de mão de obra feminina?
 - 3) Quais evidências podem ser percebidas nas fotos de que a exploração madeireira foi essencial para a extração de carvão mineral na década de 1940? Quais as consequências disso para a região de Figueira?
 - 4) Que modificações realizadas pela extração carbonífera podem ser observadas nas paisagens que aparecem nas fotos?
 - 5) Em uma das fotos existe um objeto totalmente estranho à produção de carvão. Identifiquem o objeto e sua localização; elaborem hipóteses para sua presença no local e sobre quem é a pessoa que tem sua posse.
-

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 1

Mineiro executando a técnica de “rafa”



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 12x18 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

“Espiratadeiras”



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 9x8 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

. Emboque Inicial de Galeria



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 12x18 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

. Construção das Bancas



Figueira, 1943. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 9x10 cm.

. Vagonete e trilhos de madeira



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 9x10 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

. Entradas das galerias



Figueira, 1944. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

ROTEIRO DE ANÁLISE PARA O CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 2

A partir da observação das fotos respondam por escrito as seguintes questões:

- 1) Que tipo de riscos à vida e à saúde o ofício mineiro representava para os trabalhadores das épocas retratadas na imagem?
 - 2) Que práticas inseguras podem ser identificadas nas fotos?
 - 3) Que medidas de segurança não existiam na década de 1940 e aparecem nas décadas de 1970 e 1980?
 - 4) A fumaça tóxica que o carvão mineral emana quando está exposto ao ar livre ou quando é queimado ainda é um problema para a cidade de Figueira? O que foi (tem) sido feito a respeito?
 - 5) Por que mesmo com as difíceis condições de trabalho e todos os riscos envolvidos, os mineiros continuavam exercendo sua função?
-

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 2

. Técnica da Rafa



Figueira, 1944. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

. Paioi



INST. SERV.AUXILIARES - 1942

Paioi de explosivos e acessórios, instalado nas proximidades de Campo 1 e posteriormente removido a outro com melhores condições de segurança.

Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 9x10 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

. Abertura de frente



Figueira, década de 1970. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

Carregamento do Carvão



Figueira, 1944. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 12x18 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

. Ventilação do subsolo

. Inspeção de Segurança



Figueira, junho, 1986. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.



Figueira, junho, 1986. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

ROTEIRO DE ANÁLISE PARA O CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 3

A partir da observação das fotos respondam por escrito as seguintes questões:

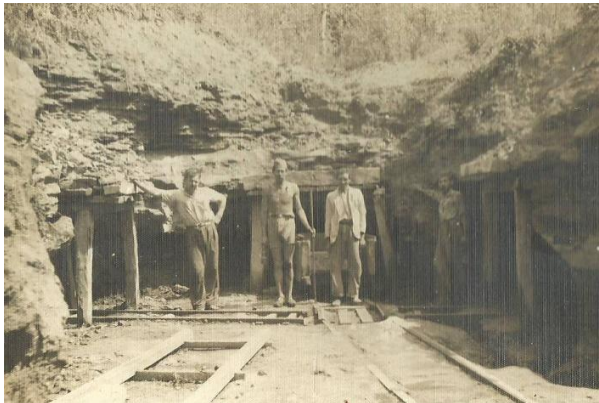
- 1) Identifique as semelhanças e as diferenças entre os mineiros de épocas distintas:
 - 2) Que mudanças a mecanização do trabalho trouxe para o ofício do mineiro?
 - 3) Operar máquinas na atividade mineira é mais fácil do que usar instrumentos manuais?
 - 4) O que melhorou e o que piorou para os mineiros com a mecanização da extração do carvão?
-

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 3



Figueira, junho, 1986. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

Saída das galerias



Figueira, junho, 1944. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Fixação de escoras mecanizada

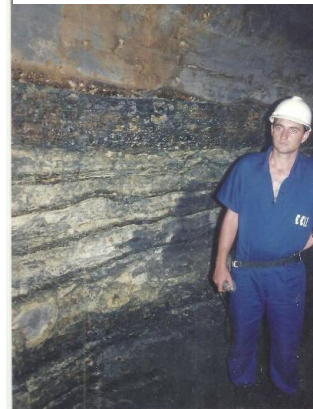


Figueira, junho, 1986. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.



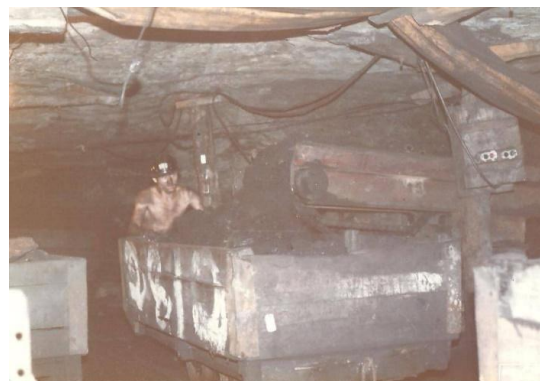
Figueira, junho, 1944. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Veios de Carvão



Figueira, junho, 1986. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

vagonete mecanizado



Figueira, junho, 1986. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

ATIVIDADE 6**O OFÍCIO DO MINEIRO – MEMÓRIAS DO TRABALHO**

Tempo estimado: 4 aulas

Conteúdo Oficial:

A Revolução Industrial e seus impactos na produção industrial, circulação de povos, produtos, culturas, na noção de tempo, hábitos, exploração da mão de obra infantil e feminina, luta e resistência dos trabalhadores e questões ambientais.

Objetivos

- Caracterizar o ofício de mineiro de carvão e as condições de trabalho por eles enfrentadas entre as décadas de 1940 e 1980.
 - Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente, por meio do acesso a diferentes fontes, incluindo orais.
 - Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.
-

Metodologias e estratégias

- Organizar uma “Sala de Memória” onde estarão reunidos e expostos, para fins de manipulação orientada entre os alunos, artefatos e instrumentos utilizados pelos mineiros em diferentes épocas.
- Conversa dirigida com mineiros do passado e do presente relatando as experiências do ofício nas diferentes épocas.

Recursos Didáticos:

Artefatos e instrumentos cedidos por funcionários e ex-funcionários do trabalho carbonífero em diferentes épocas.

Exposição de imagens dos acervos fotográficos da Carbonífera do Cambuí e do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira com cenas da exploração carbonífera no município entre as décadas de 1940 e 1980 (Grupos 1,2 e 3)

ATIVIDADE 7
PASSADO E PRESENTE: MUDANÇAS E/OU PERMANÊNCIAS?

Tempo Estimado:

8 aulas

Conteúdo:

- Comunicação e registros de memória
 - Patrimônios históricos e culturais - materiais e imateriais
-

Metodologias e estratégias

- Análise a partir das fichas didáticas e do roteiro de análise de fotografias no passado e no presente de locais e paisagens registradas entre as décadas de 1940 e 1980.
 - Os alunos em trios farão versões no presente de fotos dos acervos estudados (selecionadas previamente pela professora) para identificar as mudanças, permanências e outros aspectos que julguem interessantes.
 - Exposição para classe dos *links* passado-presente produzidos pelos alunos por meio das fotografias..
-

Recursos Didáticos:

Séries e coleções de acervos fotográficos da Carbonífera do Cambuí e do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira entre as décadas de 1940 e 1980 (Grupos 4 e 5)

Série de fotos da cidade de Figueira no ano de 2019 de acervo pessoal da autora, (Grupo 4)

ROTEIRO DE ANÁLISE PARA AS FOTOGRAFIAS DO GRUPO 4 E 5

A partir da observação das fotos respondam por escrito as seguintes questões:

- 1) Identifique as semelhanças e as diferenças entre as imagens de épocas distintas:
 - 2) As mudanças retratadas significam progresso e desenvolvimento na cidade? Justifique
 - 3) Que instalações deixaram de existir ou mudaram de função? Quem foi beneficiado com as mudanças?
 - 4) Descrevam as modificações na paisagem das imagens do Grupo 5 e quais os impactos que causaram
-

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 4

Lavador de Carvão



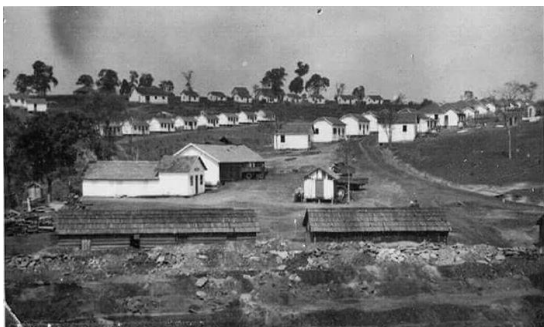
Figueira, final década de 1960. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Instalações em 2019



Fonte: Puchalski, 2019

Vila de Mineiros 1940



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Local da Vila em 2019-Propriedade Particular



Fonte: Puchalski, 2019

Estação Ferroviária Lysímaco Ferreira da Costa



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 12x18 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

Chegada da Maria Fumaça



Figueira, 1948. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Chegada da Maria Fumaça



Figueira, 1948. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Desativada em 1965, a estação é atualmente escritório de uma madeireira



Fonte: Puchalski, 2019

Festa do Senhor Bom Jesus



Figueira, década de 1940. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Igreja Senhor Bom Jesus



Fonte: Puchalski, 2019

Chegada da primeira jardineira



Figueira, década de 1970. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Ponte sobre o Rio Laranjinha 2019



Fonte: Puchalski, 2019

Usina Termelétrica de Figueira

Em 1965



Figueira, 1965. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Em 2019



Fonte: Puchalski, 2019

Avenida Central – Trecho que ligar a PR 160 à BR 272

Em 1980



Figueira, década de 1980. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira.

Em 2019



Fonte: Puchalski, 2019

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS 5

Jazida do Cambuí

Em 1942



Figueira, 1942. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

Em 1964



Figueira, 1964. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, Acervo: Carbonífera do Cambuí.

Campo 1



Figueira, 1948. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

Campo



Figueira, 1948. Autoria Desconhecida – Cópia de scanner a partir do positivo em papel, 10x15 cm. Acervo: Carbonífera do Cambuí.

CULMINÂNCIA

Durante o Festival de Arte Cultural e Científico, evento do calendário escolar que acontece entre os meses de setembro ou outubro nas escolas estaduais de Figueira, as turmas organizarão uma instalação com a temática História Local de Figueira. Neste ambiente, aberto à comunidade, os alunos compartilharão os materiais por ele por eles produzidos, as reflexões e percepções adquiridas e sistematizadas ao longo da sequência didática por meio de explanação e interação com os visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O horizonte que norteou este trabalho foi a concepção de que o Ensino de História deve contribuir para a formação de sujeitos conscientes da importância de sua participação social e capazes de transformar realidades adversas.

Para tanto, esta pesquisa buscou por meio da História Local, das memórias e identidades instituídas expressas nas narrativas que circulam nos espaços sociais da cidade de Figueira, elaborar e propor formas de trabalho para o Ensino de História que estivessem perto das referências e relações das vividas pelos alunos.

Como isso se busca, além de construir conhecimento histórico, ressignificar espaços e discursos que, na prática, servem para perenizar uma lógica extrativista que predomina na localidade.

Na trajetória de construção deste material foi preciso refletir sobre o papel importante que o ensino de História exerce atualmente como instrumento de luta e transformação social ao reconhecer os sujeitos e grupos que foram excluídos, marginalizados, silenciados ou omitidos dos processos históricos dando-lhe oportunidade buscar, (re)afirmar origens e identidades e de existir enquanto indivíduos.

Neste intento, a História Local foi uma aliada importante por convergir em sua abordagem as metodologias necessárias para trazer à tona perspectivas pouco consideradas na constituição do município de Figueira no Paraná.

A trajetória do município estudado foi forjada a partir da exploração carbonífera e, neste caminho, um ideário calcado no heroísmo, na bravura e no pioneirismo foi criado em torno do ofício do mineiro. Aliado a isso, instituiu-se, também, um discurso que vincula as práticas extrativistas ao progresso e o desenvolvimento legitimando e reforçando assim, a dependência econômica dos habitantes em relação à atividade extrativista.

Este cenário esconde o conflito socioambiental que envolve a atividade carbonífera e garante, assim, mão de obra e matéria prima disponíveis aos capitalistas do ramo instalados na região.

Para evidenciar tal perspectiva, foi preciso investigar e sistematizar vestígios históricos que retratam aspectos do trabalho do mineiro de carvão e, sob uma análise histórica, elucidar as contradições dos discursos e narrativas veiculados nos

espaços oficiais de Figueira (instituições, publicações, relatórios socioeconômicos, discursos comemorativos).

A análise de coleções fotográficas dos acervos da Companhia Carbonífera do Cambuí e do Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Figueira, bem como um olhar mais atento e teórico sobre o Monumento ao Mineiro instalado no município em 2012, proporcionou uma das principais contribuições deste trabalho que foi elaborar uma possibilidade de discutir, no presente, alguns dos penosos aspectos que envolvem o trabalho dos mineiros de carvão e o progresso questionável trazido por esta atividade extrativista que, apesar da modernização, continua sendo insalubre e tem entre as suas consequências mais nefastas, os evidentes prejuízos ambientais.

A fim de que estas reflexões sejam abordadas em sala de aula esta pesquisa propõe um conjunto de atividades sob o formato de sequência didática para relacionar de maneira dialógica conteúdos prescritos para o 8º ano do Ensino Fundamental II e a História Local de Figueira a partir do trabalho pedagógico com fontes históricas e as memórias instituídas, as representações identitárias individuais e coletivas presentes no imaginário dos habitantes da localidade estudada.

Num plano ideal, este material teria sido colocado em prática e seus resultados analisados aqui expostos, mas diante da necessidade de conciliar os estudos da pós-graduação, as exigências do exercício docente e todos os afazeres pessoais não houve condições de aplicar o produto educacional elaborado por esta pesquisa.

Mesmo assim, é importante reforçar que o conjunto de estudos que compõe esta dissertação tem a intenção de contribuir com o aprofundamento das reflexões sobre o ensino de História e ampliar as discussões e possibilidades de suas práticas desenvolvidas em sala de aula.

Nesse sentido, o trabalho realizado até aqui foi profícuo pelo amadurecimento profissional que proporcionou, pela ampliação de capacidade de análise que promoveu e, principalmente, pelo aprofundamento da compreensão dos processos que constituem o local estudado.

Na cidade de Figueira, onde trabalho há mais de dez anos, é comum alunos acalentarem o sonho de ter um emprego neste processo de exploração humana e ambiental. Desejam estabilidade, bons salários, benefícios e...se aposentar com

“apenas” quinze anos de serviço. Eles não têm ideia do preço que atividade mineira cobra pelas “vantagens” oferecidas.

Talvez as aulas de História não sejam suficientes para romper com esse ciclo, mas se ao menos, delas surgirem questionamentos aos processos e relações que dele advém; se elas ajudarem a construir posturas críticas; a enxergar e buscar outras possibilidades para um desenvolvimento sustentável do município o horizonte sonhado por este trabalho estará mais perto.

REFERÊNCIAS

ANAEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil** / Agência Nacional de Energia Elétrica. 3. ed. – Brasília : Aneel, 2008. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf> Acesso em 05 de maio de 2019.

ALMEIDA, B. L. de (Org.). **Cenários do Norte Pioneiro do Paraná**. Curitiba: Emater-PR, 2000. 184p. (Série estudos, 1).

ARAÚJO, D. L. de. **O que é (e como faz) sequência didática?** Entrepalavras, Fortaleza - ano 3, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul 2013.

BARBOSA, V. de L. **Ensino de História Local: redescobrimos sentidos. Saeculum**, João Pessoa, ano 12, jul./dez. 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O lugar da história local na expansão dos campos históricos**. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Org.). **História Regional e Local: discussões e práticas**. Salvador: Quarteto, 2010. p. 229-230.

BITTENCOURT, C. M F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009

BOLETIM GEOLOGIA E METALURGIA. **Plano Nacional do Carvão**, exposição. ed 208. São Paulo: USP, 1945 Disponível em <http://sites.poli.usp.br/geologiaemetalurgia/Revistas/Edi%C3%A7%C3%A3o%208/artigo8.2.pdf> Acesso 14/07/2019

BRASIL, **Decreto-Lei 2.667 de 3 de outubro de 1940**. Dispõe sobre o melhor aproveitamento do carvão nacional. Rio de Janeiro, RJ, out de 1940.

BRASIL, **Lei 1.102 de 18 de maio de 1950**. Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução. Rio de Janeiro, RJ, mai de 1950.

BRITO JUNIOR, J. H. **A metamorfose da COPEL, análise de inovações na organização** - 1994 a 1999, dissertação de mestrado, Curitiba: UFPR, 1999.

CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino**. Campinas: Caderno CEDES, 2005.

CALICCHIO, V. **Plano do Carvão Nacional. Verbete**, 2015b. Rio de Janeiro:

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), ano não informado. Disponível para download em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-do-carvao-nacional>
Acesso em 21 de abril de 2019;

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. **História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRETERO, M., CASTORINA, J. A., & LEVINAS, L. Conceptual change and historical narratives about the nation. A theoretical and empirical approach. In VOSNIADOU, S. (Ed.) (In press) International Handbook of Research on Conceptual Change. Second Edition. New York, Routledge:2012

CAROLA, C.R. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis, Editora da UFSC:2002

CARSTENS, A. A. **Memorialistas, viajantes e indígenas na bacia do rio das Cinzas no Paraná**, 2001. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340399185_ARQUIVO_MEMORIALISTAS,VIAJANTESEINDIGENASNABACIADORIODASCINZASNOPARANA.pdf
Acesso em 10 jun. 2019

CHARTIER, R. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: difel, 1990

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001

CIAVATTA, M. **O mundo do trabalho em imagens** – Rio de Janeiro: DP&A, 2002

DAHNE, E.S. E. **A mineração de carvão e as concessões da Companhia no estado do Rio Grande do Sul – Brazil**. Porto Alegre: Estabelecimento Telegráfico de Gundlach, 1893

DELGADO, L. de A. N; FERREIRA, M. M. **História do tempo presente e ensino de história**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34 - 2013.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **O oral como texto: como construir um objeto de ensino**. In: SCHNEUWLY, Bern; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 149-185.

DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. **Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.

ECKERT, C. **Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)**. Curitiba: Appris, 2012.

ECKERT, C. **Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas - Rio Grande do Sul**. 1985. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) -- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: UFRGS, Porto Alegre, 1985, 154 p,

ECKERT, C. **Sociabilidade e memória na comunidade mineira do carvão**. In: CENTRO DE ECOLOGIA DA UFRGS. Carvão e meio ambiente. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p. 887-908.

ESCUPTOR CHARY, **Monumento ao Mineiro do Carvão**, 2012, Bronze, 2,20 alt, 800 kg, Figueira, Paraná. Galeria de Imagens. Disponível em: <http://www.escultorchary.com/galeria.php> Acesso: 24/01/2020

FERNANDES, A. **Estatuária veranense**. In: COSTA, Rovílio (Org.). Raízes de Veranópolis. Porto Alegre: EST, 1998.

FERRER, T. R. **Candiota: de Luzes e cinzas**. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996. 728p

FERREIRA, J.M. **Entrevista concedida ao STIEC para o documentário FIGUEIRA - Na história da mineração do Paraná**, 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lhkXcOxYfTk> Acesso 13/06/2019

FONSECA, E. **Carvão**. Biblioteca Educação é cultura. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Ministério das Minas e Energia, 1980. p. 17/18.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

FREIRE, C. **Além dos mapas: Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC: Annablume, 1997

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p.

GONÇALVES, M. A. **História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância** In: MONTEIRO, A. M. F. C. et alii. **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas** – Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2007

HALL, S.. **A identidade cultural na pós modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/figueira/panorama> Acesso em maio de 2019.

KFOURI, W; D'AMBRÓSIO, U. **Explorar e investigar para aprender matemática através da modelagem matemática**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES EM PÓS - GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA, 10, 2006, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2006.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2002.

KOSSOY, B. **Fotografia & história**. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2001.

LACTEC – Instituto de Tecnologia para Desenvolvimento (Empresa Consultora). **Relatório de impacto ambiental (RIMA) da Usina Termelétrica Figueira – PR**, 2001.

LAVILLE, C. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, M.M.**Retratos de família: leitura da fotografia**. São Paulo: Edusp, 1993 (Texto & Arte, vol.9)

LIBÂNEO, J. . **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, H.F. **História política econômica e industrial do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1970. p.376.

MAGALHÃES, G.S. **Entrevista concedida ao STIEC para o documentário FIGUEIRA - Na história da mineração do Paraná**, 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IhkXcOxYfTk> Acesso 13/06/2019

MANIQUE, A. P. PROENÇA, M. C. **A história local e a sua didáctica: relação história local/história nacional**. In.: MANIQUE, A. P. PROENÇA, M. C. Didáctica da história: património e história local. Lisboa: Texto, 1994.

MAUAD, A. M. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996

MELO, V. de L. B. e. **História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MENESES, U.B.de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, 2005

MENEZES, M. Gabriela de; SANTIAGO, M. E. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. Pro-Posições, Campinas , v. 25, n. 3, p. 45-62, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201407503>.

MENEZES, M. C. (Org.). **Educação, Memória, História: possibilidades, leituras**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

MOTA, L.T. **As Guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2ª Edição Revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

MOREIRA, M. A.. **Al final, qué ES aprendizaje significativo?**. Revista Qurrriculum:revista de teoría, investigación y práctica educativa. La Laguna, Espanha. n. 25, p. 34, 2012.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. p.7-28, 1993.

NOSSA FIGUEIRA (Revista). Ed. MR Gráfica e Editora. Agosto, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Metodologia Interativa: um desafio multicultural à produção do conhecimento** V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005.

OLIVEIRA, M.M. **Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético**. Revista Educação:Porto Alegre: INTERFACES BRASIL/CANADÁ, V1, N.1, 2001.

PARANÁ, Superintendência de Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense para o Ensino Fundamental**. Curitiba: SEED, 2019

PAIM, E. A.; PICOLLI, V. **Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios**. História & Ensino: Londrina, 2007.

PEREIRA, N.M.; SEFFNER, F. **Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis**, Rev Hist. Hoje, v.7, n.13, p.14-33, 2018.

PEREIRA, N. M. & SEFFNER, F. **O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula**. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 113-128, 2008.

PESAVENTO, S. J. **A indústria carbonífera Rio-Grandense e a Questão energética**. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. VIII, n. 2, p. 281:306, dezembro de 1982

PHILOMENA, G. L. de B. **Cultura do carvão em Criciúma-SC: a história que não se conta** 2005 176 f. Dissertação (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.) – Diretoria de Pós graduação, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Criciúma

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10 p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. **Memórias, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSSAMAI, Z. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Est Edições, 2005.

POSSAMAI,Z.. **Visibilidades do passado: percursos das relações entre História e memória nos museus**. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org.). Memória Social: questões teóricas e metodológicas. Canoas: UnilaSalle, 2013, p. 207-225

PUCHALSKI, S. **[CARTO] grafias do lugar: a cidade de Figueira na Geografia escolar**. 2019.124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, 2019.

PRASS, A. R. **Teorias da Aprendizagem**. Scrinia. Libris.com. 2012.

REZNIK, L.; GONÇALVES, M. de A. **História e fotografia: uma pedagogia do olhar**. In Revista Interagir: pensando a extensão, UERJ, Rio de Janeiro. 1º semestre de 2003.

RESNIK, L. **Qual o lugar da História Local?**, Anais do V Taller Internacional de Historia Regional y Local, Havana, Cuba, 2002

ROCHA, H. A.; CAIMI, F. E. **A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 125-147, 2014.

ROUILLE, A. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAINT - HILAIRE, A. de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, F. B.; CASTRO M. B. S de; et al. **Figueira, Sua História e Sua Gente**; 1ª ed, Figueira: 2004

SCHMIDT, M. A. CAINELLI, M. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SHULMAN, L. **Those who understand: Knowledge growth in teaching. Educational researcher**. n.15, v. 2, p. 4-14, 1989.

SCHUMANN, W. **Rochas e Minerais**. Tradução: Rui Franco Ribeiro e Mario Del Rey. Editora: Ao Livro Técnico S/A, Rio de Janeiro/RJ, 1985.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://www.siecesc.com.br>. Acesso em: 05/11/2008.

SIECESC. **Carvão Mineral**. Disponível em: < <http://www.siecesc.com.br/index.php>>. Acesso: 09 Maio 2019

SOUZA, J. V. de. **Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no cenário do Norte do Paraná**. Imprensa Oficial, Curitiba 2007.

SPERANZA, C. G. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950.** 2012. 272 f.Tese. (Doutorado em História) -- Programa de Pós Graduação em História, IFCH - UFRGS,Porto Alegre, 2012.

SILVA, M (org.). **História: Que ensino é esse?** Campinas/SP: Papirus, p.15-29, 2013

TOLMASQUIM, M. T. **Energia termelétrica: gás natural, biomassa, carvão, nuclear.** Rio de Janeiro: EPE, 2016

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2002.

VOLPATO, T. G. **A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma.** Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis,1984

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar;** tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p.